

***CPFL Energias Renováveis S.A.
e Controladas***

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes
ao Período de Três Meses Findo
em 31 de Março de 2013 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CPFL - Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL - Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de abril de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12			31/03/13	31/12/12		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.582	75.122	403.038	640.085	Fornecedores	14	14.595	9.333	79.108	76.137
Aplicações financeiras	6.1	-	-	5.129	-	Empréstimos e financiamentos	15	86.399	77.235	642.504	713.916
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	2.161	2.161	Debêntures	16	12.683	3.761	48.812	39.017
Contas a receber de clientes	7	11.492	5.248	185.115	170.898	Partes relacionadas	10	12.810	12.810	-	-
Adiantamentos a fornecedores		6.275	5.644	16.256	11.070	Dividendos a pagar		-	-	4.000	4.000
Impostos a recuperar	8	6.934	6.783	56.794	53.317	Contas a pagar de aquisições	17	11.535	11.369	11.535	11.369
Outros créditos		<u>5.412</u>	<u>1.165</u>	<u>10.294</u>	<u>10.675</u>	Obrigações trabalhistas		6.338	4.730	6.381	4.772
		<u>88.695</u>	<u>93.962</u>	<u>678.787</u>	<u>888.206</u>	Obrigações tributárias		1.517	1.959	35.401	44.322
						Adiantamentos de clientes	18	-	-	19.346	14.584
NÃO CIRCULANTE						Provisão para custos socioambientais	19	-	-	5.694	9.278
Depósitos judiciais	20	65	65	201	201	Outros passivos		<u>7.786</u>	<u>5.608</u>	<u>21.922</u>	<u>19.907</u>
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	127.375	121.431	Total do circulante		<u>153.663</u>	<u>126.805</u>	<u>874.703</u>	<u>937.302</u>
Outros créditos	9	852	1.764	87.142	87.311						
Impostos diferidos	25.2	-	-	11.072	11.491	NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	-	3.128	29.952	38.033	Fornecedores	14	-	-	-	4.467
Partes relacionadas	10	7.086	10.604	3.436	3.401	Empréstimos e financiamentos	15	901.776	911.265	2.564.263	2.485.085
Investimentos	11	4.681.604	4.636.058	-	-	Debêntures	16	427.035	426.921	1.091.950	1.080.940
Imobilizado	12	12.637	12.450	4.895.142	4.634.346	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	49.550	46.217
Intangível	13	<u>8.413</u>	<u>9.017</u>	<u>2.978.528</u>	<u>3.022.243</u>	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	20	856	852	24.864	24.861
Total do não circulante		<u>4.710.657</u>	<u>4.673.086</u>	<u>8.132.848</u>	<u>7.918.457</u>	Impostos diferidos	25.2	-	-	919.671	926.099
						Provisão para perda de investimentos	11	39.761	9.896	-	-
						Outros passivos		<u>575</u>	<u>575</u>	<u>575</u>	<u>575</u>
						Total do não circulante		<u>1.370.003</u>	<u>1.349.509</u>	<u>4.650.873</u>	<u>4.568.244</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
						Capital integralizado		2.675.731	2.675.731	2.675.731	2.675.731
						Reservas de capital		528.988	528.988	528.988	528.988
						Reservas de lucros		32.071	32.663	32.071	32.663
						Ajuste de avaliação patrimonial		54.042	53.352	54.042	53.352
						Prejuízo acumulado		<u>(15.146)</u>	-	<u>(15.146)</u>	-
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.275.686	3.290.734	3.275.686	3.290.734
						Participação de não controladores		-	-	<u>10.373</u>	<u>10.383</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>3.275.686</u>	<u>3.290.734</u>	<u>3.286.059</u>	<u>3.301.117</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.799.352</u>	<u>4.767.048</u>	<u>8.811.635</u>	<u>8.806.663</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.799.352</u>	<u>4.767.048</u>	<u>8.811.635</u>	<u>8.806.663</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/03/12 Reapresentado	31/03/13	31/03/12 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	12.005	5.591	228.986	134.661
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23	(14.081)	(6.428)	(129.871)	(68.968)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(2.076)	(837)	99.115	65.693
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(17.791)	(13.002)	(9.372)	(9.896)
Remuneração dos administradores	10 e 23	(1.453)	(1.808)	(1.453)	(1.808)
Depreciação e amortização	12 e 23	(635)	(110)	(635)	(133)
Resultado de equivalência patrimonial	11	31.268	25.063	-	-
Amortização do direito de exploração	11, 13 e 23	-	-	(32.007)	(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2)	14	-	(22)
Total		11.387	10.157	(43.467)	(33.691)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		9.311	9.320	55.648	32.002
Receitas financeiras	24	755	4.881	9.557	14.180
Despesas financeiras	24	(25.212)	(3.193)	(75.229)	(36.809)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.146)	11.008	(10.024)	9.373
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	-	(10.646)	(6.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	-	-	5.514	8.350
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(15.146)	11.008	(15.156)	11.008
Atribuível aos acionistas da controladora		(15.146)	11.008	(15.146)	11.008
Atribuível a participações não controladoras		-	-	(10)	-
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico (R\$ por ação)		(0,04)	0,03	(0,04)	0,03
Diluído (R\$ por ação)		(0,04)	0,02	(0,04)	0,02

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
	Capital integralizado	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Pagamento baseado em ações					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.675.731	533.756	1.037	4.925	14.777	826	55.888	-	3.286.940	-	3.286.940
Integralização de capital social de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.563	3.563
Ajuste no ágio na subscrição de ações não controladores	-	(6.850)	-	-	-	-	-	-	(6.850)	6.850	-
Ajuste no ágio na subscrição de ações	-	2.082	-	-	-	-	-	-	2.082	-	2.082
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(2.536)	2.536	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	8.291	8.291	(30)	8.261
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	271	-	-	271	-	271
Proposta da Administração:											
Constituição de reserva legal	-	-	541	-	-	-	-	(541)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	2.571	-	-	-	(2.571)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	7.715	-	-	(7.715)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.675.731	528.988	1.578	7.496	22.492	1.097	53.352	-	3.290.734	10.383	3.301.117
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	690	(690)	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	98	-	-	98	-	98
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	(15.146)	(15.146)	(10)	(15.156)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	2.675.731	528.988	1.578	7.496	22.492	1.195	54.042	(15.836)	3.275.686	10.373	3.286.059

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
		Reapresentado		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro(prejuízo) líquido do período	(15.146)	11.008	(15.156)	11.008
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	635	110	84.665	47.529
Baixa de ativo imobilizado	-	-	21	7.421
Baixa de ativo intangível	123	-	625	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.587	-
Equivalência patrimonial	(31.268)	(25.063)	-	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(5)	872	(6)	266
Provisão para risco socioambiental e desmobilização de ativos	-	-	2.044	-
Provisão para programa de pagamentos baseados em ações	98	68	98	68
Provisão para compra de energia	-	5.532	-	5.532
Provisão ajuste Eletrobrás	-	-	-	3.656
Impostos diferidos	-	-	(5.514)	(8.350)
Atualização monetária	110	-	151	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	24.562	2.858	70.484	34.689
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(6.244)	(7.571)	(15.804)	13.687
Outros valores a receber	(3.335)	(2.483)	550	(10.728)
Impostos a recuperar	2.977	(790)	4.604	(3.033)
Adiantamento a fornecedores	(631)	(716)	(5.186)	(3.176)
Dividendos recebidos	50.364	46.401	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	5.262	2.697	(1.496)	43.679
Adiantamento de clientes	-	-	4.762	(37.361)
Obrigações tributárias	(442)	980	2.278	703
Obrigações trabalhistas	1.608	2.439	1.609	2.439
Pagamento dos custos socioambientais	-	-	(2.296)	-
Pagamento das contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(9)	-	(11)	-
Outros passivos	2.178	202	2.015	(7.207)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	30.837	36.544	130.024	100.822
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(11.694)	-
Juros pagos	(5.352)	(2.678)	(42.102)	(17.838)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.485	33.866	76.228	82.984
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de controladas menos saldos líquidos de caixa adquiridos no ano	-	(24.000)	-	(24.000)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	-	-	-	(152.256)
Aumento de capital em controladas	(31.184)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(5.469)
Aplicações financeiras	-	-	(5.129)	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(5.944)	(7.546)
Aquisição de imobilizado	(342)	(747)	(293.046)	(271.888)
Depósitos judiciais	-	-	-	(396)
Aquisições de intangível	-	(2.945)	(576)	(4.719)
Partes relacionadas	-	(149.393)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31.526)	(177.085)	(304.695)	(466.274)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de financiamentos - líquido dos custos de captação	-	108.296	346.972	263.875
Pagamento de financiamentos	(10.499)	(4.629)	(355.552)	(20.064)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(10.499)	103.667	(8.580)	243.811
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(16.540)</u>	<u>(39.552)</u>	<u>(237.047)</u>	<u>(139.479)</u>
No início do período	75.122	211.732	640.085	651.573
No fim do período	58.582	172.180	403.038	512.094
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(16.540)</u>	<u>(39.552)</u>	<u>(237.047)</u>	<u>(139.479)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
RECEITAS				
Vendas de energia	13.228	6.161	244.624	143.244
Receitas relativas à construção de ativos próprios	342	747	301.816	279.828
	<u>13.570</u>	<u>6.908</u>	<u>546.440</u>	<u>423.072</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de transmissão	(14.081)	(6.428)	(43.209)	(22.951)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(4.537)	(4.631)	(23.678)	(13.198)
Outros custos operacionais	(585)	-	(2.211)	1.449
Construção de ativos próprios	<u>(342)</u>	<u>(747)</u>	<u>(301.816)</u>	<u>(279.828)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(5.975)</u>	<u>(4.898)</u>	<u>175.526</u>	<u>108.544</u>
Depreciação e amortização	(635)	(110)	(84.665)	(47.529)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	<u>(6.610)</u>	<u>(5.008)</u>	<u>90.861</u>	<u>61.015</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	31.268	25.063	-	-
Receitas financeiras	755	4.881	9.557	14.180
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>25.413</u>	<u>24.936</u>	<u>100.418</u>	<u>75.195</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(25.413)</u>	<u>(24.936)</u>	<u>(100.418)</u>	<u>(75.195)</u>
Remuneração direta	(8.465)	(4.494)	(8.464)	(8.082)
Benefícios	(1.462)	(2.095)	(1.462)	(2.095)
Impostos, taxas e contribuições	(1.929)	-	(1.929)	-
FGTS	(1.192)	(744)	(1.192)	(823)
Empregados	<u>(13.048)</u>	<u>(7.333)</u>	<u>(13.047)</u>	<u>(11.000)</u>
Federais	(1.223)	(570)	(20.770)	(9.783)
Municipais	(87)	-	(120)	(339)
Tributos	<u>(1.310)</u>	<u>(570)</u>	<u>(20.890)</u>	<u>(10.122)</u>
Juros	(25.212)	(3.193)	(75.229)	(36.809)
Aluguéis/condomínios	(988)	(112)	(4.821)	(2.678)
Outras	(1)	(2.720)	(1.587)	(3.578)
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(26.201)</u>	<u>(6.025)</u>	<u>(81.637)</u>	<u>(43.065)</u>
Lucro/Prejuízo do período	(15.146)	11.008	(15.156)	11.008

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/03/12</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.146)	11.008	(15.156)	11.008
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(15.146)</u>	<u>11.008</u>	<u>(15.156)</u>	<u>11.008</u>
Atribuível aos acionistas da controladora	(15.146)	11.008	(15.146)	11.008
Atribuível a participações não controladoras	-	-	(10)	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



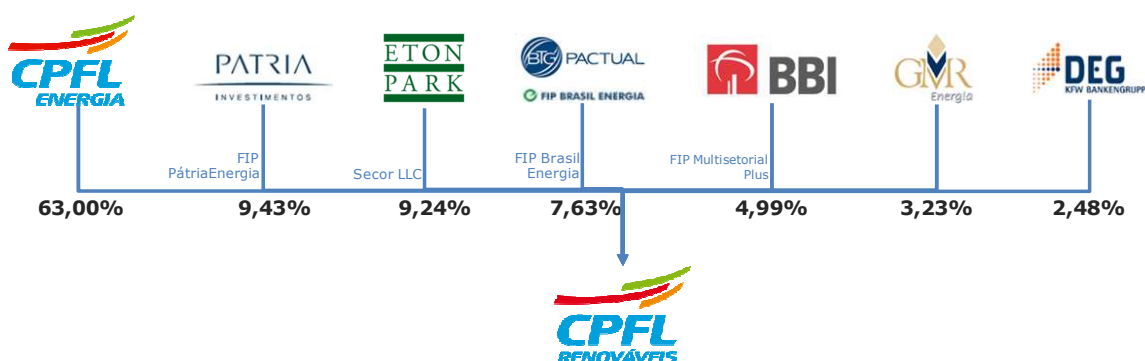
Comentários de Desempenho – 1º Trimestre de 2013

1. VISÃO GERAL

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSAs – Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis da América Latina, com presença marcante nas três principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

2. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



3. PORTFÓLIO DE ATIVOS

Em 31 de março de 2013, nosso portfólio de projetos totalizava 1.153,2 MW de capacidade instalada e 582,0 MW de capacidade em construção, sendo composto de trinta e cinco



PCH's em operação (326,6 MW), quinze projetos de geração eólica em operação (555,5 MW), seis usinas movidas à biomassa em operação (270,0 MW), um projeto de energia solar em operação (1,1 MW), dezoito projetos de geração eólica em construção (482,0 MW) e duas usinas de geração de energia a partir de biomassa em construção (100 MW).

Adicionalmente, a Companhia possui projetos eólicos, de PCHs e de biomassa em desenvolvimento totalizando 3.800,0 MW, perfazendo um portfólio total de 5.535,2 MW.

Em MW	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Total
Operação	326,6	555,5	270,0	1,1	1.153,2
Construção	-	482,0	100,0	-	582,0
Desenvolvimento	626,0	3.192,0	-	-	3.818,0
Total	952,6	4.229,5	370,0	1,1	5.553,2

4. AMBIENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos Parques Eólicos e das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano.

No caso das PCHs, a energia gerada sofre influência do regime hidrológico dos rios das regiões onde estão implantadas. Dessa forma, as PCHs seguem: (i) o regime hidrológico das regiões Sudeste e Centro-Oeste, com período úmido compreendido entre os meses de novembro a abril e período seco de maio a outubro e (ii) o regime hidrológico da região Sul, que é o contrário da região Sudeste. De acordo com o critério contábil de reconhecimento da receita, de forma geral, a venda de energia das PCHs não depende da



energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando no respectivo contrato de concessão ou autorização. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O principal propósito do MRE é mitigar os riscos hidrológicos, assegurando que todas as usinas participantes recebam pelo seu nível de garantia física, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Já os Parques Eólicos são influenciados de forma mais significativa pelo regime de ventos, que no Nordeste do país, região onde se encontram situados os Parques Eólicos em operação, possuem maior intensidade entre os meses de julho e dezembro. O resultado contábil tem relação com a energia efetivamente gerada.

No caso das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa, as receitas e resultados sofrem impacto da sazonalidade das safras de produção de cana-de-açúcar. O resultado contábil, assim como nos Parques Eólicos, tem relação com a energia efetivamente gerada (mais alta na safra e mais baixa ou zero na entressafra). No Centro-Sul a safra normalmente ocorre entre abril e novembro, já no Norte-Nordeste ocorre entre agosto e março.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

5.1 Receita da venda de energia elétrica

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receita de venda de energia-	13.228	6.161	244.624	143.244
Receita	13.228	6.161	244.624	143.244
Deduções da receita bruta:				
Pis/Cofins	(1.223)	(570)	(15.598)	(7.503)
Encargos regulatórios	-	-	(40)	(1.080)
Receita operacional líquida	12.005	5.591	228.986	134.661

As receitas de venda de energia são provenientes de contratos de longo prazo de Proinfa, CCEAR, CER e Mercado Livre, com índices de reajuste indexados ao IPCA ou IGP-M.

A receita operacional líquida consolidada da Companhia acumulada para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 ficou distribuída entre 39% proveniente das PCHs, 48% através das operações dos Parques Eólicos, 13% da receita de energia proveniente das Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e o restante das operações de venda de energia através da comercializadora.



O crescimento de 70% da receita líquida consolidada no período findo em 31 de março de 2013 comparado período findo em 31 de março de 2012 deve-se a aquisições dos projetos Complexo Bons Ventos (junho/12) e Ester (outubro/12) e entrada em operação de Santa Clara (julho/12), além do bom desempenho das eólicas.

5.2 Custo de Geração de Energia Elétrica e Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
		Reapresentado		Reapresentado
Custo:				
Custo de compra de energia	(14.081)	(6.428)	(32.976)	(18.416)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(10.233)	(4.535)
Custo de operação das usinas	-	-	(17.280)	(7.941)
Materiais	-	-	(1.763)	(883)
Custo de pessoal	-	-	(10.186)	(9.387)
Arrendamentos	-	-	(3.805)	(2.242)
Depreciação e amortização	-	-	(52.023)	(25.564)
Outros custos de operação	-	-	(1.605)	-
Total	(14.081)	(6.428)	(129.871)	(68.968)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(11.594)	(7.652)	(1.408)	(1.280)
Despesas de ocupação	(988)	(112)	(1.016)	(436)
Despesas com viagens e estadas	(128)	(320)	(132)	(593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Despesas gerais	(165)	(460)	(200)	(721)
Serviços profissionais	(4.372)	(4.171)	(4.435)	(5.889)
Impostos e taxas	(87)	-	(120)	(339)
Outros	(457)	(287)	(474)	(638)
Total	(17.791)	(13.002)	(9.372)	(9.896)
Depreciação e amortização	(635)	(110)	(635)	(133)
Amortização do direito de exploração	-	-	(32.007)	(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2)	14	-	(22)
Remuneração dos administradores	(1.453)	(1.808)	(1.453)	(1.808)
Total	(19.881)	(14.906)	(43.467)	(33.691)

Os custos de compra de energia elétrica da controladora de R\$ 14.081mil e R\$ 32.976 mil no consolidado, para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentou elevação, pois a Companhia e determinadas controladas participam do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia e durante o primeiro trimestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de



PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2012.

Os custos e despesas com Depreciação e Amortização para o período findo em março de 2013, de R\$ 84.665, foram significativamente impactados com as aquisições ocorridas em 2012 e a entrada em operação de novos projetos. Os custos com depreciação e amortização representam 40% dos custos totais e 75% das despesas totais.

Os custos de pessoal do Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, no valor de R\$ 10.186, refletem o efeito das aquisições concluídas em 2012. Estes custos com pessoal representam 8% do total de custos do consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2013.

As despesas da Holding são voltadas para o crescimento da Companhia e contribuirão para a geração futura de resultados.

5.3 Resultado Acumulado

Em R\$ MM	3 M 13
	<i>Consolidado</i>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	229,0
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(129,9)
LUCRO BRUTO	99,1
DESPESAS OPERACIONAIS	(43,5)
Despesas gerais e administrativas	(10,8)
Depreciação e Amortização do direito de exploração	(32,6)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	55,6
RESULTADO FINANCEIRO	(65,7)
LUCRO ANTES DO IR/CS	(10,0)
IR/CS - corrente e diferido	(5,1)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(15,2)
(+) Depreciação no custo	52,0
(+) Depreciação e amortização do direito de exploração	32,6
(+) Resultado financeiro líquido	65,7
(+) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	5,1
EBITDA	140,3
Margem Bruta	43,3%
Margem EBITDA	61,3%
Margem Líquida	-6,6%



O bom desempenho das eólicas contribuiu para a geração do EBITDA de R\$ 140,3 milhões, com margem de 61,3% acumulada no período de três meses findo em 31 de março de 2013.

O prejuízo acumulado para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 ficou em R\$ 15,2 milhões. O resultado financeiro negativo de R\$ 65,7 milhões deve-se ao aumento do endividamento para fazer frente as aquisições e cumprimento do plano de investimentos.

6. INVESTIMENTOS

A CPFL Renováveis continuou avançando na execução do seu plano de crescimento investindo no período findo em 31 de março de 2013 R\$ 313 milhões, com previsão de entrada em operação em 2013 dos seguintes projetos: Complexo Eólico Atlântica (potência instalada de 120MW); Complexo Eólico Macacos I (potência instalada de 78 MW); Complexo Eólico Campo dos Ventos II (potência instalada de 30MW); Bio Coopcana (potência instalada de 50MW); e Bio Alvorada (potência instalada de 50MW). Além dos Complexos Eólicos de Campo dos Ventos e São Benedito (potência instalada de 254 MW com previsão para conclusão em 2015/2016).

7. ENDIVIDAMENTO

O endividamento da CPFL Renováveis está 84% concentrado no longo prazo e 16% no curto prazo. Uma parcela de 49% deste montante está contratada junto ao BNDES.



CPFL Renováveis - Consolidado 31/03/2013

Em R\$ MM

CIRCULANTE	691,3
Empréstimos e financiamentos	642,5
Debêntures	48,8
NÃO CIRCULANTE	3.656,2
Empréstimos e financiamentos	2.564,3
Debêntures	1.092,0
Endividamento Total	4.347,5
Caixa e equivalentes de caixa	403,0
Títulos e valores mobiliários	2,2
Aplicações financeiras vinculadas	132,5
Caixa e Disponibilidades de Caixa	537,7
Dívida Líquida	3.809,8

Boa parte do volume deste endividamento de longo prazo foi feito em função da assunção de dívidas e contratações de operações visando à aquisição de ativos, notadamente as aquisições dos Parques Eólicos da Jantus e da Bons Ventos. Estas dívidas estão concentradas no longo prazo e com custos de mercado.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

As controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE, desta forma a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas, conforme os compromissos assumidos descritos na nota explicativa 28.3.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R\$64.968 e R\$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A., que por sua vez serão quitadas com o desembolso do BNDES do financiamento de longo prazo dos projetos mencionados. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação.

A Administração da Companhia, não obstante os fatos descritos anteriormente, entende que as operações de suas controladas serão conduzidas normalmente considerando os contratos de concessão e os contratos de venda de energia celebrados no âmbito do CCEAR, descritos abaixo:

<u>SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>	<u>Mês e ano do início</u>	<u>Prazo (em anos)</u>
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

A maior parte das controladas diretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar conforme descrito nas notas explicativas nº 1.5 a nº 1.8.

1.1. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A., (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A., (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A. e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

O valor de R\$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R\$24.000 e (ii) complemento de preço R\$528.

1.2. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores, (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191, e (iii) R\$127.548 destinado a liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$ 83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 157,5 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.3. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012.

Em 09 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não revisadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R\$111.500, sendo R\$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R\$56.256.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL em 02 de outubro de 2012 e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.4. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas.

a) Contrapartidas

	Complexo		
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>
Contraprestações transferidas em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:			
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	53.836
Contas a pagar aos acionistas	-	-	1.408
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-
Ajuste de preço paga aos vendedores de acordo com cláusula contratual	<u>528</u>	<u>83.428</u>	<u>-</u>
Total da contraprestação	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições da Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado para ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição

e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29 de fevereiro de 2012 e BVP em 31 de maio de 2012 foram concluídas. A contabilização da aquisição da Lacenas, em 30 de setembro de 2012, encontra-se provisoriamente registrada em 31 de março de 2013, com base na melhor estimativa da Administração, sendo que na data da conclusão destas informações contábeis intermediárias, a avaliação da mensuração dos ativos intangíveis não tinha sido finalizada. A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos, avaliados a valor justo:

	Complexo		
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>
Ativos circulantes:			
Caixa e equivalentes de caixa	186	28.092	-
Contas a receber de clientes	-	16.232	-
Impostos a recuperar	-	5.116	-
Despesas antecipadas	121	848	-
Outros créditos	37	1.023	-
Ativos não circulantes:			
Aplicações financeiras vinculadas	-	38.752	-
Impostos diferidos	-	57.121	-
Outros créditos	-	10.000	-
Imobilizado	23.007	571.495	100.591
Intangível - Direito de exploração	1.873	760.029	17.862
Passivos circulantes:			
Fornecedores	54	14.430	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	39.324	7.418
Obrigações tributárias e trabalhistas	5	4.571	-
Adiantamentos de clientes	-	17.553	880
Outros passivos	-	603	-
Passivos não circulantes:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	461.126	48.838
Fornecedores	-	5.818	-
Impostos diferidos	-	16.629	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	637	258.410	6.073
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	-	14.144	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>
Contrapartida transferida	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>55.244</u>

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP e 20 anos para Lacenas (Usina Ester).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	Complexo		
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>
Contrapartidas pagas em caixa	24.528	656.100	53.836
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>(186)</u>	<u>(28.092)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido de aquisição	<u>24.342</u>	<u>628.008</u>	<u>53.836</u>

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido das empresas adquiridas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas no ano da aquisição:

		Receita	Lucro (prejuízo)
		<u>Operacional</u>	<u>Líquido</u>
		<u>2012</u>	<u>2012</u>
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	(1.969)
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	103.919	27.312
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	715
		<u>110.712</u>	<u>26.058</u>

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício.

	Receita	Lucro (prejuízo)
	<u>Operacional</u>	<u>Líquido</u>
	<u>2012</u>	<u>2012</u>
CPFL Renováveis - Histórico	806.420	8.261
Ajuste pro forma	<u>68.759</u>	<u>(20.290)</u>
Total	<u>875.179</u>	<u>(12.029)</u>

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de conclusão em julho de 2013) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada, sendo 1 (um) mês no primeiro trimestre de 2012.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7 (sete) meses de operação dessa controlada, sem impacto no primeiro trimestre de 2012.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada, sem impacto no primeiro trimestre de 2012.

1.5. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes ****	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>418,2</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

**** A SPE Salto Góes entrou em operação comercial em 28 de dezembro de 2012, conforme despacho n. 4.139 da ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura dos contratos de concessões.

1.6. Projetos de geração eólica

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	3	Resolução 3967	26/03/2013	-	30,0
Campos dos Ventos II	2	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	3	Resolução 3968	26/03/2013	-	30,0
Campos dos Ventos V	3	Resolução 3969	27/03/2013	-	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	28,8
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	21,6
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	28,8
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	30 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraizinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	23,4
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	14,4
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falesias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falesias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falesias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falesias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	25,2
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,8
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taiba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					<u>1.542,6</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não revisada pelos auditores independentes

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.7. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Alvorada	2	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	35 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	2	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

(1) - Operação

(2) - Construção

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.8. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,0
Total					<u>1,0</u>

* Informação não revisada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga,devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.9. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (63,00%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (8,02%), Secor - LLC (9,24%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (4,99%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (2,48%), GMR Energia S.A. (2,23%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,63%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (1,41%) e outros - pessoas físicas (1,00%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao direito de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Sociedade; direito de preferência em relação à

aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como direitos de “tag along” e de preferência; e Oferta Pública Inicial ou outras capitalizações futuras da Sociedade.

Além disso, o Acordo de Acionistas prevê que determinados temas relevantes sejam aprovados por quórum qualificado em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

1.10. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações contábeis intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e hidrelétrica).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia e de suas controladas, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Outros créditos não circulantes – saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (nota explicativa nº 9).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 25).

- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).

2.6. Reapresentação das informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2012.

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012 e concluiu pela necessidade de reapresentação das demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2012.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificações		Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	31/03/2012	Ref. 1	Ref. 1	31/03/2012	Ref. 2	31/03/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.591			5.591	134.661	134.661
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(6.428)			(6.428)	(62.596)	(68.968)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(837)	-	-	(837)	72.065	65.693
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(13.002)			(13.002)	(16.268)	(9.896)
Remuneração dos administradores	(1.808)			(1.808)	(1.808)	(1.808)
Depreciação	(110)	-		(110)	(133)	(133)
Resultado de equivalência patrimonial	33.219	(12.315)	4.159	25.063	-	-
Amortização do direito de exploração	(12.315)	12.315		-	(21.832)	(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14			14	(22)	(22)
Total	5.998	-	4.159	10.157	(40.063)	(33.691)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	5.161	-	4.159	9.320	32.002	32.002
Receitas financeiras	4.881			4.881	14.180	14.180
Despesas financeiras	(3.193)			(3.193)	(36.809)	(36.809)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.849	-	4.159	11.008	9.373	9.373
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-			-	(6.715)	(6.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.159	(4.159)		-	8.350	8.350
LUCRO LÍQUIDO	11.008	-	-	11.008	11.008	11.008
FLUXO DE CAIXA						
		Controladora				
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado			
	31/03/2012	Ref. 3	31/03/2012			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12.535)	46.401	33.866			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(130.684)	(46.401)	(177.085)			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamento	103.667	-	103.667			
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	(39.552)	-	(39.552)			

1. Na controladora, a reclassificação da amortização do direito de exploração resultante da aquisição de negócios, originalmente registrada como despesa de amortização nas despesas operacionais, e o respectivo imposto diferido registrado como despesa, reapresentados para serem classificados, pelo líquido, na conta de resultado de equivalência patrimonial na controladora.
2. Reclassificação de algumas despesas entre o grupo de despesas gerais e administrativas e custo de geração de energia elétrica, como forma de aprimorar a comparação das informações.
3. Na controladora, a reclassificação dos dividendos recebidos de controladas, originalmente registados no fluxo de caixa das atividades de investimentos, reapresentados para serem classificados no fluxo de caixa das atividades operacionais.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Figueira Branca	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Gameleira	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas	Integral	-	95%
Atlântica II	Integral	100%	-	Lacenas	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos	Integral	-	95%
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paioi	Integral	-	100%
Bio Buriú	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa Branca	Integral	-	95%	SIIF Desenvolvimento (i)	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Energies (i)	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) No período findo em 31 de março de 2013 as SPE's participaram de reestruturação societária (ver nota explicativa 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas

controladas.

- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$39.761 em 31 de março de 2013, registrado na conta provisão para perda de investimentos no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores, em 31 de março de 2013, são de R\$10.373 e 31 de dezembro de 2012 é R\$10.383.

PCH Holding 2

Em 31 de março de 2013, a controlada direta PCH Holding 2 apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$10.545 decorrente, principalmente, das despesas financeiras incorridas pelas debêntures emitidas para financiar a aquisição da Santa Luzia Energética S.A., cuja primeira amortização, no montante de R\$8.701, ocorrerá em 22 de junho de 2015. A Companhia possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da PCH Holding 2, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

SIIF Desenvolvimento

Em 31 de março de 2013, a controlada direta SIIF Desenvolvimento apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$29.216 decorrente, principalmente, de estudos de projetos eólicos. A SIIF Desenvolvimento possui contrato de mútuo com a SIIF Energies, remunerados a taxas de 5% a.a. por prazo indeterminado, cujo saldo em 31 de março de 2013 era de R\$24.524. A Companhia, possui provisão para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido da controlada, demonstrando estar comprometida em realizar todos os aportes de recursos necessários para garantir a continuidade de suas operações.

Desta forma, a Companhia registra no passivo não circulante o saldo de passivo a descoberto das controladas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas 4.1 a 4.11 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	258	1.005	3.355	17.718
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	567	264
Fundos de investimento (b)	58.324	74.117	395.709	609.253
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	3.407	12.850
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>58.582</u>	<u>75.122</u>	<u>403.038</u>	<u>640.085</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

- a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário – CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes à 91,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 101,71% do CDI na data do balanço.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Não circulante

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/03/2013	31/12/2012
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.923	1.888
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.982	2.928
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.479	1.452
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.174	2.136
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.460	1.435
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	17.741	17.421
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	3.361	3.301
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.817	1.785
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.859	1.825
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.108	1.089
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	38.413	35.903
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto: CDB	Indefinido	Diversos	73,35% a 98% *	38.997	38.657
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto: DI	Indefinido	Diversos	86,93% *	6.293	6.208
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	2.149	2.068
Salto Góes (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	101,97% *	1.993	-
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB	Diversos	CDI	95,00% *	3.626	3.335
Total						<u>127.375</u>	<u>121.431</u>

(*) Remuneração média do ano, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a seis meses de serviço de dívida. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.
- (b) Refere-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela Jantus, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Refere-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa, Bio Pedra e Salto Góes. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de março de 2013 a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

6.1. Aplicações financeiras

Circulante						Consolidado	
SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	64,90%	5.129	-
						5.129	-

Representa o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 64,90% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

Circulante						Consolidado	
SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
Jantus (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	1.853	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	8	8
Bons Ventos (b)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	200	200
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	100	100
						2.161	2.161

- (a) A controlada indireta SIIF possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$1.853, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e Banco Itaú no montante de R\$308, remunerados pela TR, referente a título de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	11.492	5.248	186.702	170.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Total	11.492	5.248	185.115	170.898

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CCEAR*	-	-	12.523	28.863
CER**	-	-	15.293	23.193
Mercado Livre	11.492	5.248	44.589	27.538
Proinfa	-	-	114.297	91.304
Total	<u>11.492</u>	<u>5.248</u>	<u>186.702</u>	<u>170.898</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Composição das contas a receber a vencer:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	44	0 - 15 dias	56.748
16 - 30 dias	4.485	16 - 30 dias	61.921
31 - 45 dias	-	31 - 45 dias	12.844
Acima 45 dias	6.963	Acima 45 dias	55.189
	<u>11.492</u>		<u>186.702</u>

Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$ 114.297 (61% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa), (ii) 34.417 (18% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), (iii) R\$13.161 (7% do total) pelo grupo CPFL, (acionista controlador), e (iv) R\$6.959 (4% do total) por um grande consumidor.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data do faturamento.

Foi constituída uma provisão para créditos a vencer no montante de R\$ 1.587 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu tal provisão para perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Impostos de renda e contribuição social a compensar	264	264	9.628	11.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.638	9.496	25.381	26.766
COFINS	-	97	42.408	43.850
PIS	-	21	9.146	9.459
Outros	32	33	183	-
	<u>6.934</u>	<u>9.911</u>	<u>86.746</u>	<u>91.350</u>
Ativo circulante	6.934	6.783	56.794	53.317
Ativo não circulante	-	3.128	29.952	38.033
Total	<u>6.934</u>	<u>9.911</u>	<u>86.746</u>	<u>91.350</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas, não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas indiretas da Jantus. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS da Companhia na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bio Energia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	32.899	31.627
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	23.950
Outros créditos a receber	852	1.764	886	2.327
Total	<u>852</u>	<u>1.764</u>	<u>87.142</u>	<u>87.311</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada) protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 08 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, considerando os seguintes meios de recuperação:

“O Plano será implantado por meio de medidas que visam a gerar resultados positivos em três safras, com redução substancial da alavancagem e a adoção de gestão profissional e independente. Nos termos do artigo 50 da Lei de Falências, o Grupo Baldin já utilizou e utilizará, dentre outros, os seguintes meios de recuperação: (i) alteração do controle societário do Grupo Baldin, mediante a conversão de parte da dívida em participação societária da Nova Baldin; (ii) reestruturação societária; (iii) modificação dos órgãos administrativos da Nova Baldin e/ou do Novo Grupo Baldin, com alterações na estrutura de governança corporativa, com gestão profissional e independente, o aumento do controle e do monitoramento das operações; (iv) concessão de prazos e condições especiais de pagamentos de obrigações vencidas e vincendas, com equalização de encargos financeiros e novação de dívidas em relação ao Grupo Baldin; (v) venda parcial de ativos; (vi) obtenção de novos financiamentos; (vii) operação estratégica para alienação da Nova Baldin para Investidor Comprador; e (viii) cumprimento dos contratos bilaterais em vigor.”

A opção escolhida pela CPFL Renováveis possui as seguintes condicionantes de recebimento:

- Com Garantia Real: (a) deságio de 25%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;

- Quirografários: (a) deságio de 35%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;

A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreendem:

- (i) O montante de R\$29.407 inclui: (i) R\$36.871 de valor de principal, (ii) R\$6.374 de encargos financeiros e (iii) R\$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin-Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no plano de recuperação judicial, registrou uma provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. no valor de R\$13.838 em 31 de dezembro de 2012. O saldo permanece o mesmo para o período findo em 31 de março de 2013.
- (ii) O montante de R\$ 32.899, referente ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$53.021, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

- (b) O montante de R\$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R\$13.950 e Bons Ventos no valor de R\$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	58.507	74.279	-	-	320	143
	<u>58.507</u>	<u>74.279</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>	<u>143</u>
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	10.621	2.225	-	-	-	-
	<u>10.621</u>	<u>2.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	25	30	-	-	-	-
Arvoredo	21	25	-	-	-	-
Barra da Paciência	25	30	-	-	-	-
Bioenergia	14	17	-	-	-	-
Bons Ventos	502	230	-	-	-	-
Chimay Empreendimentos	85	101	-	-	-	-
Cocais Grande	32	38	-	-	-	-
Corrente Grande	21	25	-	-	-	-
Eólica Formosa	53	63	-	-	-	-
Eólica Icarazinho	71	84	-	-	-	-
Eólica Paracuru	28	34	-	-	-	-
Jayaditya	46	55	-	-	-	-
Mohini	50	59	-	-	-	-
Ninho da Águia	32	38	-	-	-	-
Paíol	32	38	-	-	-	-
PCH Holding	210	29	-	-	-	-
Plano Alto	32	38	-	-	-	-
Salto Goés	21	-	-	-	-	-
São Gonçalo	57	67	-	-	-	-
Siif Cinco	39	46	-	-	-	-
Sul Centrais	67	80	-	-	-	-
Varginha	21	25	-	-	-	-
Várzea Alegre	11	13	-	-	-	-
	<u>1.495</u>	<u>1.165</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>70.623</u>	<u>77.669</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>	<u>143</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Não circulante:						
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.685	3.610	-	-	75	-
Sócios não controladores (c)	3.401	3.401	-	-	-	-
	<u>7.086</u>	<u>7.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>-</u>
Dividendos:						
Bio Pedra	-	3.593	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>3.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.086</u>	<u>10.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75</u>	<u>-</u>

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Passivo circulante						
T-15 (d)	-	-	12.810	12.810	-	-
Nect consultoria (nota nº 14)	-	-	-	336	-	(1.792)
	-	-	12.810	13.146	-	(1.792)
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.195	1.097	-	-
	-	-	1.195	1.097	-	-
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	10.621	5.428
	-	-	-	-	10.621	5.428
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	-
Alocação com despesa de pessoal (a)	-	-	-	-	3.131	3.015
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	-	-	(98)	(68)
	-	-	-	-	3.003	2.947
Total	-	-	-	-	13.624	8.375

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Circulante:						
Saldo bancário e aplicações financeiras						
Banco Bradesco (nota nº 5)	397.304	631.080	-	-	2.177	1.174
	<u>397.304</u>	<u>631.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.177</u>	<u>1.174</u>
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	33.540	7.694	-	-	-	-
CPFL Paulista	338	11.640	-	-	-	-
CPFL Piratininga	515	769	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	9	8	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	15	32	-	-	-	-
	<u>34.417</u>	<u>20.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>431.721</u>	<u>651.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.177</u>	<u>1.174</u>

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	40.046	37.328	-	-	724	675
Mútuos:						
Sócios não controladores (c)	3.436	3.401	-	-	35	-
	<u>43.482</u>	<u>40.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>759</u>	<u>675</u>
Passivo circulante						
CPFL Brasil (nota nº 18) (e)	-	-	6.000	-	-	-
CPFL Paulista (nota nº 14)	-	-	1.225	1.026	-	-
CPFL Serviços (nota nº 14)	-	-	40	-	-	-
RGE Rio Grande Energia (nota nº 14)	-	-	7	6	-	-
Sócios não controladores (nota nº 17)	-	-	4.308	4.252	56	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.580</u>	<u>5.284</u>	<u>56</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.195	1.097	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.195</u>	<u>1.097</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	66.610	14.279
CPFL Paulista	-	-	-	-	833	32.082
CPFL Piratininga	-	-	-	-	1.289	414
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	27	4
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	36	15
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.795</u>	<u>46.794</u>
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	-	(437)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(437)</u>
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(1.792)
Consultoria Nect	-	-	-	-	(500)	-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	(98)	(68)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(628)</u>	<u>(1.860)</u>

(a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.

(b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% a.a. para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.

- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, com vigência de um ano e com possibilidade de renovação, a remuneração é de 8% a.a. mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) O saldo de R\$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.
- (e) A controlada Bioenergia apresenta R\$ 6.000 relativos a faturamento antecipado da parte relacionada CPFL Brasil. A Companhia divulgou os contratos de compra e venda de energia vigentes com a CPFL Brasil na nota explicativa nº 28.3.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Aiuuoca	13.474	13.472	48	42	13.426	13.430	-	-	(4)	(3)
Alto Irani	74.685	71.038	34.255	33.212	40.430	37.826	4.190	5.236	2.604	1.882
Arvoredo	99.707	100.686	44.930	45.946	54.777	54.740	3.712	2.592	38	513
Atlântica I	70.219	71.601	58.633	59.978	11.586	11.623	-	-	(37)	(85)
Atlântica II	70.108	71.480	58.612	59.971	11.496	11.509	-	-	(13)	(41)
Atlântica IV	80.166	75.156	68.871	63.809	11.296	11.347	-	-	(51)	(39)
Atlântica V	111.477	105.789	98.768	92.907	12.709	12.882	-	-	(173)	(130)
Baixa Verde	310	310	-	1	310	309	-	-	1	50
Barra da Paciência	130.362	129.706	71.176	72.633	59.186	57.073	5.733	4.952	2.113	2.158
Bio Alvorada	132.933	154.915	106.635	128.262	26.298	26.653	-	-	(355)	(2)
Bio Buri	146.394	151.145	3.674	3.928	142.720	147.217	4.018	3.455	(2.493)	(1.643)
Bio Coopcana	108.537	138.126	82.386	111.677	26.151	26.449	-	-	(298)	(10)
Bio Formosa	131.036	143.524	11.200	20.702	119.837	122.822	872	4.884	(2.985)	2.810
Bio Ipê	28.274	29.188	783	784	27.491	28.404	3.261	-	937	20
Bio Pedra	207.454	214.934	18.444	24.782	189.010	190.152	319	-	(4.735)	(9)
Bio Energia	126.390	137.172	81.434	92.362	44.956	44.810	4.064	3.525	146	(1.682)
Boa Vista 1	15	17	-	-	15	17	-	-	(2)	(1)
Boa Vista 2	2.828	2.752	254	145	2.574	2.607	-	-	(33)	(5)
BVP	205.307	137.186	9.761	(46.170)	195.546	183.356	-	-	12.190	-
Bons Ventos	784.395	776.382	534.090	536.715	250.305	239.667	40.030	-	10.638	-
Cachoeira Grande	7.544	7.529	1	-	7.543	7.529	-	-	14	20
Cajueiro	518	521	-	1	518	520	-	-	(2)	79
Campos dos Ventos I	14.280	14.241	20	4	14.260	14.237	-	-	22	(95)
Campos dos Ventos II	13.869	13.999	29	33	13.840	13.966	-	-	(126)	(12)
Campos dos Ventos III	14.188	14.228	18	35	14.170	14.193	-	-	(24)	(148)
Campos dos Ventos IV	177	176	4	3	173	173	-	-	-	110
Campos dos Ventos V	14.853	14.589	73	-	14.780	14.589	-	-	192	249
Chimay	157.714	149.062	22.040	17.236	135.674	131.826	12.790	10.401	3.847	7.993
Cocais Grande	52.624	53.252	28.543	29.024	24.081	24.228	1.532	1.979	(147)	365
Corrente Grande	102.866	103.698	52.159	53.315	50.707	50.383	3.193	2.962	323	885
Costa Branca	92.800	44.744	78.816	30.695	13.984	14.049	-	-	(65)	(226)
Costa das Dunas	958	954	-	1	958	953	-	-	5	95
Pedra Cheirosa I	82	3	95	15	(13)	(12)	-	-	(9)	-
Eólica Formosa	484.142	485.081	394.232	398.430	89.910	86.651	20.312	-	3.259	-
Eólica Holding	62.408	62.531	48.719	48.650	13.689	13.881	-	-	(192)	(1)
Eólica Icarazinho	268.224	269.002	198.350	194.681	69.874	74.321	14.431	-	5.553	-
Eólica Paracuru	110.885	117.132	83.829	83.333	27.056	33.799	7.032	-	3.257	-
Eurus V	162	162	3	3	159	159	-	-	-	102
Eurus VI	42.104	42.247	1.342	1.422	40.762	40.825	1.096	-	600	(17)
Farol de Touros	421	419	-	-	421	419	-	-	2	161
Figueira Branca	238	240	-	3	238	237	-	-	1	95
Gameleira	1.197	1.196	-	1	1.197	1.195	-	-	2	45
Jayaditya	68.036	57.736	13.048	9.924	54.988	47.812	13.616	9.965	7.176	4.468
Juremas	49.444	21.246	35.676	7.474	13.768	13.772	-	-	(4)	2

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo) Líquido	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lacenas	109.519	108.225	66.274	64.055	43.245	44.170	6.063	-	(925)	-
Macacos	64.687	28.615	50.290	14.074	14.397	14.541	-	-	(142)	(15)
Mohini	97.868	89.718	9.288	7.941	88.580	81.777	13.585	10.716	6.802	7.938
Navegantes	7	13	-	-	7	13	-	-	(5)	(21)
Ninho da Água	77.276	77.829	33.534	34.489	43.742	43.340	2.258	2.163	402	874
Paioi	105.401	105.458	68.928	70.419	36.473	35.039	4.291	4.188	1.434	1.746
PCH Holding	444.428	443.617	458	784	443.970	442.833	-	-	6.143	5.248
PCH Holding 2	194.787	192.442	205.332	192.442	(10.545)	-	-	-	(649)	(3.915)
PCH Participações	937.449	932.650	247.874	249.118	689.575	683.532	-	-	6.042	(47)
Pedra Preta	62.782	27.386	48.561	13.158	14.221	14.228	-	-	(7)	5
Penedo	1.818	1.820	-	1	1.818	1.819	-	-	(1)	(1)
Plano Alto	51.565	49.073	23.979	23.312	27.586	25.761	3.162	3.977	1.825	1.267
Pedra Cheirosa II	70	4	85	3	(15)	1	-	-	(14)	-
Curral Velho I	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Curral Velho II	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Curral Velho IV	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Bitupitá I	67	3	81	2	(14)	1	-	-	(10)	-
Bitupitá II	67	3	83	2	(16)	1	-	-	(11)	-
Bitupitá IV	67	2	81	1	(14)	1	-	-	(10)	-
Salto Góes	166.611	164.763	78.090	75.648	88.521	89.115	4.293	-	(595)	(11)
Santa Clara I	189.011	190.507	39.032	40.213	149.979	150.294	4.749	-	2.137	(145)
Santa Clara II	135.169	136.372	4.802	5.759	130.367	130.613	4.383	-	2.526	444
Santa Clara III	135.342	134.852	4.718	4.023	130.624	130.829	4.384	-	2.547	15
Santa Clara IV	140.249	141.467	4.761	5.759	135.488	135.708	4.384	-	2.609	132
Santa Clara VI	140.196	139.894	4.589	3.706	135.607	136.188	4.384	-	2.601	180
Santa Clara V	140.610	140.307	4.618	4.484	135.992	135.823	4.384	-	2.616	(14)
Santa Cruz	6.261	6.261	-	7	6.261	6.254	-	-	7	11
Santa Luzia	239.936	236.652	130.344	130.462	109.592	106.190	12.076	-	3.403	-
Santa Mônica	8.381	8.377	2	-	8.379	8.377	-	-	1	-
Santa Ursula	7.753	7.748	3	-	7.750	7.748	-	-	2	-
São Benedito	7.831	7.826	4	-	7.827	7.826	-	-	1	-
São Domingos	8.153	8.188	5	2	8.148	8.186	-	-	(38)	-
São Gonçalo	73.046	73.573	37.478	38.378	35.568	35.195	2.533	2.751	374	962
SIF Cinco	123.307	122.292	99.747	100.280	23.560	22.012	5.871	-	1.548	-
SIF Desenvolvimento	1.856	1.414	31.072	29.948	(29.216)	(28.534)	-	-	(682)	(610)
SIF Energias	386.831	405.991	5.539	11.337	271.189	394.654	-	-	15.476	(6.979)
Solar I	8.834	8.927	8.675	8.840	159	87	64	-	72	-
Sul Centrais Elétricas	27.600	26.100	9.751	9.062	17.849	17.038	2.469	1.546	811	467
T-15	709.922	689.084	404.690	399.032	305.232	290.052	-	-	15.179	-
Tombo	934	936	-	1	934	935	-	-	(1)	(1)
Turbina 16	23	24	-	1	23	23	-	-	(1)	-
Turbina 17	23	24	1	1	22	23	-	-	(1)	-
Varginha	61.926	60.941	30.460	30.150	31.466	30.791	3.480	1.928	675	372
Varzea Alegre	57.664	58.060	26.918	27.437	30.746	30.623	1.684	1.613	123	363
Ventos de Santo Dimas	8.395	8.379	14	-	8.381	8.379	-	-	2	-
Ventos de São Martinho	8.167	8.197	4	1	8.163	8.196	-	-	(33)	-

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 01 de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorrerá em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções somente poderão ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: a) oferta pública inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO.

Conforme mencionado na nota explicativa 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o agrupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Duração da opção (em anos)</u>	<u>Preço de exercício</u> <u>R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga</u> <u>R\$</u>
Programa de 2009					
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,10	1,80
2ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,30	1,55
3ª Tranche	55.747	29/10/2009	10	8,45	1,25
4ª Tranche	<u>55.747</u>	29/10/2009	10	8,65	1,35
	222.988				
Programa de 2010					
1ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	11,95	2,85
2ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,25	3,00
3ª Tranche	61.040	09/03/2010	10	12,50	2,75
4ª Tranche	<u>61.040</u>	09/03/2010	10	12,80	2,90
	244.160				
Programa de 2011					
1ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	12,80	1,95
2ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,10	2,05
3ª Tranche	117.500	01/03/2011	10	13,35	1,85
4ª Tranche	<u>117.500</u>	01/03/2011	10	13,65	1,95
	470.000				

Valor justo das opções de compra de ações outorgadas

A Companhia precificou as opções com o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais.

No período findo em 31 de março de 2013, foram provisionados R\$98 na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Dados utilizados no modelo para precificação das opções:

	Programa 2009			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	6,15	6,15	6,15	6,15
Preço de exercício	8,10	8,30	8,45	8,65
Volatilidade esperada (a)	41,9%	41,9%	41,9%	41,9%
Dividendos	1,37	1,93	2,53	2,53
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	9,9%	9,9%	9,8%	9,8%
	Programa 2010			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	11,95	12,25	12,50	12,80
Volatilidade esperada (a)	41,8%	41,8%	41,8%	41,8%
Dividendos	1,96	1,96	2,56	2,56
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,3%	10,2%	10,2%	10,2%
	Programa 2011			
	1ª. Tranche	2ª. Tranche	3ª. Tranche	4ª. Tranche
Preço da ação na data de outorga	9,20	9,20	9,20	9,20
Preço de exercício	12,80	13,10	13,35	13,65
Volatilidade esperada (a)	37,3%	37,3%	37,3%	37,3%
Dividendos	2,79	2,79	3,39	3,39
Duração da Opção (b)	5,5	6,0	6,5	7,0
Taxa de juros livre de risco (c)	10,5%	10,4%	10,4%	10,3%

- (a) Representa a volatilidade média do histórico de três anos das empresas do mesmo setor.
- (b) Considerou-se que a opção será exercida na metade do período em que as opções exercíveis podem ser exercidas pelos participantes.
- (c) Baseada nas previsões do Banco Central para a Selic na data da outorga.

A tabela a seguir apresenta a movimentação do direito ao exercício das opções de compra de ações em aberto no início e fim do período:

	31/03/2013	
	Quantidade opções	Preço ponderado do período
Saldo no início do período	2.774.762	0,40
Concedidas durante o período	82.063	-
Saldo no final do período	<u>2.856.825</u>	<u>0,42</u>

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2013 e os exercícios de 2012, 2011 e de 2010 nenhuma opção foi exercida. A mudança no preço ponderado de exercício se deve a atualização do preço da opção, de acordo com o regulamento dos programas.

As opções em aberto no fim do período possuíam preço de exercício de R\$0,42 (R\$0,40 em 31 de dezembro de 2012).

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no período de três meses findo em 31 de março de 2013 e 2012, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$1.453 (R\$1.808 em 2012), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	844	910
Encargos sociais e benefícios	354	284
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	98	68
Outros	157	546
Total	<u>1.453</u>	<u>1.808</u>

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.191.696	3.166.323
Adiantamentos para futuro aumento de capital	89.175	54.398
Direito de exploração de atividade de geração - autorização líquido dos efeitos fiscais	<u>1.400.733</u>	<u>1.415.337</u>
Total do investimento	<u><u>4.681.604</u></u>	<u><u>4.636.058</u></u>

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Composição da Equivalência Patrimonial:		
Equivalência Patrimonial	46.214	33.219
Amortização de juros capitalizados	(342)	-
Amortização direito de autorização	(21.991)	(12.315)
Impostos diferidos	<u>7.387</u>	<u>4.159</u>
	<u>(14.604)</u>	<u>(8.156)</u>
	<u><u>31.268</u></u>	<u><u>25.063</u></u>

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital % 31/03/2013	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
					31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Alto Irani	2.099	100%	40.430	2.604	40.430	37.826	2.604	1.882
Atlântica I	10.000	100%	11.586	(37)	11.586	11.623	(37)	(85)
Atlântica II	10.000	100%	11.496	(13)	11.496	11.509	(13)	(41)
Atlântica IV	10.000	100%	11.296	(51)	11.296	11.347	(51)	(39)
Atlântica V	10.000	100%	12.709	(173)	12.709	12.882	(173)	(130)
Baixa Verde	6.883	95%	310	1	295	294	1	47
Bio Alvorada	2.494	100%	26.298	(355)	26.298	26.653	(355)	(2)
Bio Buriti	132.297	100%	142.720	(2.493)	142.720	147.217	(2.493)	(1.643)
Bio Coopcana	2.185	100%	26.151	(298)	26.151	26.449	(298)	(10)
Bio Energia	46.288	100%	44.956	146	44.956	44.810	146	(1.682)
Bio Formosa	119.000	100%	119.837	(2.985)	119.837	122.822	(2.985)	2.810
Bio Ipê	25.340	100%	28.567	937	28.567	29.495	937	20
Bio Pedra	140.030	100%	193.409	(4.735)	193.409	194.613	(4.735)	(9)
Boa Vista 1	870	100%	15	(2)	15	17	(2)	(1)
Boa Vista 2	2.730	100%	2.574	(33)	2.574	2.607	(33)	(5)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.543	14	7.543	7.529	14	20
Cajueiro	13.207	95%	518	(2)	492	494	(2)	75
Campos dos Ventos I	13.049	100%	14.259	22	14.259	14.237	22	(95)
Campos dos Ventos II	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Campos dos Ventos III	13.049	100%	14.169	(24)	14.169	14.193	(24)	(148)
Campos dos Ventos IV	64	100%	173	-	173	173	-	110
Campos dos Ventos V	13.049	100%	14.781	192	14.781	14.589	192	249
Chimay	-	-	-	-	-	-	-	7.993
Costa Branca	15.333	95%	13.984	(65)	13.285	13.347	(62)	(226)
Costa das Dunas	15.123	90%	958	5	863	858	5	95
Eólica Holding	5	100%	13.689	(192)	13.689	13.881	(192)	(1)
Eurus V	57	100%	159	-	159	159	-	102
Eurus VI	6.536	100%	41.170	600	41.170	41.240	600	(17)
Farol de Touros	11.671	90%	421	2	379	377	2	144
Figueira Branca	6.447	100%	238	1	238	237	1	95
Gameleira	8.855	100%	1.197	2	1.197	1.195	2	45
Jantus	-	100%	-	-	-	255.179	-	7.667
Jayaditya	-	-	-	-	-	-	-	4.468
Juremas	14.816	95%	13.768	(4)	13.079	13.083	(4)	3
Lacenas	-	100%	43.244	(926)	43.244	44.170	(926)	-
Macacos	16.223	95%	14.397	(142)	13.678	13.813	(135)	(15)
Mohini	-	-	-	-	-	-	-	7.938
Navegantes	194	95%	7	(5)	6	11	(5)	(19)
PCH Holding	279.316	100%	443.970	6.143	443.970	442.833	6.143	5.248
PCH Participações	1.101	41%	689.575	6.042	282.697	280.220	2.477	(47)
Pedra Cheirosa I	1	100%	-	-	-	-	-	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	-	-	-	-	-	-
Pedra Preta	15.362	95%	14.221	(7)	13.509	13.516	(7)	5
Penedo	1.868	100%	1.818	(1)	1.818	1.819	(1)	(1)
Plano Alto	1.527	100%	27.586	1.825	27.586	25.761	1.825	1.268
Salto Góes	50.793	100%	88.520	(595)	88.520	89.115	(595)	(11)
Santa Clara I	107.417	100%	154.208	2.137	154.208	154.583	2.137	(145)
Santa Clara II	100.560	100%	134.179	2.526	134.179	134.478	2.526	444
Santa Clara III	69.993	100%	133.913	2.547	133.913	134.164	2.547	15
Santa Clara IV	46.159	100%	138.084	2.609	138.084	138.341	2.609	132
Santa Clara V	26.161	100%	138.055	2.601	138.055	138.305	2.601	180
Santa Clara VI	43.714	100%	137.950	2.616	137.950	138.174	2.616	(15)
Santa Cruz	6.707	100%	6.261	7	6.261	6.254	7	11
Santa Mônica	11.101	100%	8.378	1	8.378	8.377	1	-
Santa Ursula	11.101	100%	7.750	2	7.750	7.748	2	-
São Benedito	11.101	100%	7.827	1	7.827	7.826	1	-
São Domingos	11.101	100%	8.148	(38)	8.148	8.186	(38)	-
SIIF Energias	327.895	100%	271.189	15.476	271.189	-	15.476	-
Solar 1	4	100%	159	72	159	87	72	-
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	-	-	-	-	467
T-15	25.543.040	100%	305.231	15.179	305.231	290.052	15.179	-
Tombo	1.211	100%	933	(1)	933	934	(1)	-
Turbina 16	1	100%	22	(1)	22	23	(1)	-
Turbina 17	1	100%	22	(1)	22	23	(1)	-
Ventos de Santo Dimas	11.101	100%	8.381	2	8.381	8.379	2	-
Ventos de São Martinho	11.101	100%	8.163	(33)	8.163	8.196	(33)	-
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(29.216)	(682)	3.191.696	3.166.323	47.545	37.134
PCH Holding 2	1	100%	(10.545)	(649)	(29.216)	-	(682)	-
					(10.545)	(9.896)	(649)	(3.915)
					<u>3.151.935</u>	<u>3.156.427</u>	<u>46.214</u>	<u>33.219</u>

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

<u>Controladas indiretas</u>	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no			patrimônio	do	patrimônio líquido	equivalência patrimonial
<u>ações/quotas</u>	capital %	31/03/2013	líquido	período	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012
Aiuruoca	21.303	100%	13.426	(4)	13.426	13.430	(4)	(3)
Arvoredo	45.910	100%	54.777	38	54.777	54.740	38	513
Barra da Paciência	31.096	100%	59.186	2.113	59.186	57.073	2.113	2.158
Bitupitá I	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bitupitá II	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bitupitá IV	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Bons Ventos	247.720	100%	250.305	10.638	250.305	239.667	10.638	-
BVP	311.106	100%	195.546	12.190	195.546	183.356	12.190	-
Campos dos Ventos II	13.049	100%	13.840	(126)	13.840	13.966	(126)	-
Chimay	75.854	100%	135.674	3.847	135.674	131.826	3.847	-
Cocais Grande	15.290	100%	24.081	(147)	24.081	24.228	(147)	365
Corrente Grande	27.337	100%	50.707	323	50.707	50.383	323	885
Curral Velho I	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Curral Velho II	1	100%	(16)	(11)	(16)	(4)	(11)	-
Curral Velho IV	1	100%	(14)	(10)	(14)	(4)	(10)	-
Eólica Formosa	92.900	100%	89.910	3.259	89.910	86.651	3.259	(1.008)
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	69.874	5.553	69.874	74.321	5.553	(2.724)
Eólica Paracuru	22.230	100%	27.056	3.257	27.056	33.799	3.257	(2.009)
Jayaditya	17.691	100%	54.988	7.176	54.988	47.812	7.176	-
Mohini	59.933	100%	81.777	6.802	81.777	81.777	6.802	-
Ninho da Águia	33.805	100%	43.742	402	43.742	43.340	402	874
Paíol	27.381	100%	36.473	1.434	36.473	35.039	1.434	1.746
PCH Participações	1.101	59%	689.575	6.042	406.849	403.284	3.565	-
Pedra Cheirosa I	1	100%	(13)	(9)	(13)	(4)	(9)	-
Pedra Cheirosa II	1	100%	(15)	(14)	(15)	(1)	(14)	-
Santa Luzia	89.051	100%	109.592	3.403	109.592	106.190	3.403	989
São Gonçalo	28.676	100%	35.568	374	35.568	35.195	374	962
SIIF Cinco	24.030	100%	23.560	1.548	23.560	22.012	1.548	(734)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	-	-	-	(28.534)	-	(610)
SIIF Energies	327.895	100%	-	-	-	394.654	-	(6.979)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	17.849	811	17.849	17.038	811	-
Varginha	20.587	100%	31.466	675	31.466	30.791	675	372
Varzea Alegre	24.580	100%	30.746	123	30.746	30.623	123	363

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de março de 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2012	Amortização da capitalização de juros	Transferência de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/03/2013
Alto Irani	37.826	-	-	2.604	-	40.430
Atlântica I	11.623	-	-	(37)	-	11.586
Atlântica II	11.509	-	-	(13)	-	11.496
Atlântica IV	11.347	-	-	(51)	-	11.296
Atlântica V	12.882	-	-	(173)	-	12.709
Baixa Verde	294	-	-	1	-	295
Bio Alvorada	26.653	-	-	(355)	-	26.298
Bio Buriti	147.217	-	-	(2.493)	(2.004)	142.720
Bio Coopcana	26.449	-	-	(298)	-	26.151
Bio Energia	44.810	-	-	146	-	44.956
Bio Formosa	122.822	-	-	(2.985)	-	119.837
Bio Ipê	29.495	(15)	-	937	(1.850)	28.567
Bio Pedra	194.613	(62)	-	(4.735)	3.593	193.409
Boa Vista 1	17	-	-	(2)	-	15
Boa Vista 2	2.607	-	-	(33)	-	2.574
Cachoeira Grande	7.529	-	-	14	-	7.543
Cajueiro	494	-	-	(2)	-	492
Campos dos Ventos I	14.237	-	-	22	-	14.259
Campos dos Ventos III	14.193	-	-	(24)	-	14.169
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	173
Campos dos Ventos V	14.589	-	-	192	-	14.781
Costa Branca	13.347	-	-	(62)	-	13.285
Costa das Dunas	858	-	-	5	-	863
Eólica Holding	13.881	-	-	(192)	-	13.689
Eurus V	159	-	-	-	-	159
Eurus VI	41.240	(6)	-	600	(664)	41.170
Farol de Touros	377	-	-	2	-	379
Figueira Branca	237	-	-	1	-	238
Gameleira	1.195	-	-	2	-	1.197
Jantus	255.179	-	(255.179)	-	-	-
Juremas	13.083	-	-	(4)	-	13.079
Lacenas	44.170	-	-	(926)	-	43.244
Macacos	13.813	-	-	(135)	-	13.678
Navegantes	11	-	-	(5)	-	6
PCH Holding	442.833	-	-	6.143	(5.006)	443.970
PCH Participações	280.220	-	-	2.477	-	282.697
Pedra Preta	13.516	-	-	(7)	-	13.509
Penedo	1.819	-	-	(1)	-	1.818
Plano Alto	25.761	-	-	1.825	-	27.586
Salto Góes	89.115	-	-	(595)	-	88.520
Santa Clara I	154.583	(60)	-	2.137	(2.452)	154.208
Santa Clara II	134.478	(54)	-	2.526	(2.771)	134.179
Santa Clara III	134.164	(46)	-	2.547	(2.752)	133.913
Santa Clara IV	138.341	(37)	-	2.609	(2.829)	138.084
Santa Clara V	138.305	(34)	-	2.601	(2.817)	138.055
Santa Clara VI	138.174	(28)	-	2.616	(2.812)	137.950
Santa Cruz	6.254	-	-	7	-	6.261
Santa Mônica	8.377	-	-	1	-	8.378
Santa Ursula	7.748	-	-	2	-	7.750
São Benedito	7.826	-	-	1	-	7.827
São Domingos	8.186	-	-	(38)	-	8.148
SIIF Energies	-	-	283.713	15.476	(28.000)	271.189
Solar 1	87	-	-	72	-	159
T-15	290.052	-	-	15.179	-	305.231
Tombo	934	-	-	(1)	-	933
Turbina 16	23	-	-	(1)	-	22
Turbina 17	23	-	-	(1)	-	22
Ventos de Santo Dimas	8.379	-	-	2	-	8.381
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	(33)	-	8.163
Sub total do investimento	3.166.323	(342)	28.534	47.545	(50.364)	3.191.696
SIIF Desenvolvimento (*)	-	-	(28.534)	(682)	-	(29.216)
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	(649)	-	(10.545)
Total do investimento	3.156.427	(342)	-	46.214	(50.364)	3.151.935

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

Direitos de exploração líquidos dos impostos diferidos:

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora	
	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/03/2013
Aiuruoca	24.163	23.712
Alto Irani	107.493	106.184
Arvoredo	22.419	22.073
Atlântica I	308	308
Atlântica II	308	308
Atlântica IV	308	308
Atlântica V	308	308
Baixa Verde	3.200	3.200
Barra da Paciência	30.950	30.373
Boa Vista 2	48.873	48.873
Cachoeira Grande	1.752	1.752
Cajueiro	4.890	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	3.227
Cocais Grande	17.245	16.979
Corrente Grande	19.125	18.773
Costa Branca	32.311	32.311
Costa das Dunas	1.851	1.851
Eólica Formosa	142.323	140.574
Eólica Icarazinho	219.468	216.655
Eólica Paracuru	145.056	143.264
Eurus V	3.227	3.227
Eurus VI	1.289	1.289
Farol de Touros	2.144	2.144
Figueira Branca	1.608	1.608
Gameleira	2.144	2.144
Juremas	25.551	25.551
Lacenas	11.706	11.594
Macacos	33.471	33.471
Ninho da Águia	17.245	16.979
PaioI	34.490	33.958
Pedra Preta	33.475	33.475
Penedo	24.210	24.210
Plano Alto	80.031	79.043
Salto Góes	36.591	36.481
Santa Clara I	5.144	5.133
Santa Clara II	5.144	5.102
Santa Clara III	5.144	5.102
Santa Clara IV	5.144	5.102
Santa Clara V	5.144	5.102
Santa Clara VI	5.144	5.102
Santa Cruz	850	808
Santa Mônica	5.963	5.963
Santa Ursula	5.963	5.963
São Benedito	5.963	5.963
São Domingos	5.963	5.963
São Gonçalo	18.969	18.677
SIIF Cinco	86.183	85.117
Siif Desenvolvimento	48.726	47.849
Tombo	17.493	17.493
Varginha	15.520	15.279
Varzea Alegre	12.935	12.733
Ventos de Santo Dimas	5.963	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos (i)	1.415.337	1.400.733

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de março de 2013 a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Transferência de contratos societários:

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto realizadas pelo valor de livros.

a) T-15 Energia S.A.

Em 15 de junho de 2012 a CPFL Renováveis transferiu o controle societário das controladas integrais CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., para a T-15 Energia S.A. (“T-15”), controlada direta da CPFL Renováveis.

b) Eólica Holding

Em 02 de julho de 2012, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A. e Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2012, os acionistas da Eólica Holding S.A. aprovaram a transferência para a CPFL Renováveis das referidas controladas como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. No mesmo ato, os acionistas da Eólica Holding S.A. também aprovaram (i) a conversão parcial dos AFAC em aumento de capital; e (ii) a devolução, para a CPFL Renováveis, a título de cancelamento parcial dos AFAC anteriormente recebidos, das participações societárias nas empresas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A.

Incorporação:

Incorporação de empresa subsidiária integral.

a) Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da Lei das SA e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Adiantamento para futuro aumento de capital:

	Controladora	
	Ativo	
	31/03/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica V	660	-
Bio Alvorada	8.440	-
Bio Coopcana	5.540	-
Boa Vista 2	170	140
Costa Branca	5.776	290
CPFL Bio Formosa	345	345
CPFL Bioenergia	780	-
Eólica Holding	45.248	45.248
Juremas	3.770	300
Lacenas	4.180	2.817
Macacos	5.070	380
PCH Participações	34	34
Pedra Preta	4.637	-
Penedo	-	380
Santa Clara I	-	2
Santa Clara III	82	-
Santa Ursula	-	2
Santo Dimas	-	2
São Benedito	-	2
São Domingos	-	2
Solar I	2.891	2.901
T-15	10	10
Turbina 16	-	1
Turbina 17	1	1
	<u>89.175</u>	<u>54.398</u>

12. IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Controladora				
	Taxa anual de depreciação	31/03/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.446	-	3.446	3.446
Móveis e utensílios	5 a 6	1.510	(343)	1.167	816
Máquinas e equipamentos	5 a 6	6.384	(729)	5.655	5.218
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3	1.652	(108)	1.544	776
Veículos	8 a 9	612	(132)	480	461
Imobilizado em curso	-	345	-	345	1.733
Total controladora		<u>13.949</u>	<u>(1.312)</u>	<u>12.637</u>	<u>12.450</u>

<u>Custo</u>	Controladora				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2013
Terrenos	3.446	-	-	-	3.446
Móveis e utensílios	1.139	-	-	371	1.510
Máquinas e equipamentos	5.845	-	-	539	6.384
Edificações, obras civis e benfeitorias	871	-	-	781	1.652
Veículos	573	-	-	39	612
Imobilizado em curso	1.733	342	-	(1.730)	345
Total controladora	<u>13.607</u>	<u>342</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.949</u>

<u>Depreciação</u>	Controladora				
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência	31/03/2013
Móveis e utensílios	(323)	(20)	-	-	(343)
Máquinas e equipamentos	(627)	(102)	-	-	(729)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(95)	(13)	-	-	(108)
Veículos	(112)	(20)	-	-	(132)
Total controladora	<u>(1.157)</u>	<u>(155)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.312)</u>
Total imobilizado	<u>12.450</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.637</u>

<u>Consolidado</u>	Consolidado			
	Taxa anual de depreciação	31/12/2013		31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	5 a 6	82.370	(3.671)	78.699
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias	2 a 3	1.175.864	(258.409)	917.455
Máquinas e equipamentos	5 a 6	3.524.911	(506.627)	3.018.284
Móveis e utensílios	5 a 6	5.715	(1.667)	4.048
Veículos	8 a 9	1.161	(228)	933
Imobilizado em curso	-	875.723	-	875.723
Total consolidado		5.665.744	(770.602)	4.895.142

<u>Custo</u>	Consolidado			
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência (*)
Terrenos	79.961	-	-	2.409
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	1.483.484	-	-	(307.620)
Máquinas e equipamentos (a)	3.197.193	-	(30)	327.748
Móveis e utensílios	6.033	-	-	(318)
Veículos	1.161	-	-	-
Imobilizado em curso	585.297	301.816	-	(11.390)
Total consolidado	5.353.129	301.816	(30)	10.829

<u>Depreciação</u>	Consolidado			
	31/12/2012	Adição	Baixa	Transferência
Terrenos	(2.918)	(753)	-	-
Reservatórios, barragens, edificações e benfeitorias (a)	(287.640)	(11.611)	-	40.842
Máquinas e equipamentos (a)	(426.277)	(39.311)	9	(41.048)
Móveis e utensílios	(1.762)	(111)	-	206
Veículos	(186)	(42)	-	-
Total consolidado	(718.783)	(51.828)	9	-
Total imobilizado	4.634.346	249.988	(21)	10.829

(*) O valor de R\$ 10.829 refere-se a transferências do ativo intangível

(a) A Companhia concluiu, no primeiro trimestre de 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da companhia BVP, adquirida em 19 de junho de 2012. Como resultado deste processo de revisão, a Companhia procedeu à reclassificação do montante líquido de R\$266.778, de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos. A referida reclassificação não implicou na alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens encontravam-se registrados com as vidas úteis adequadas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (**)
	31/03/2013	31/12/2012	
Aiuroca	13.469	11.515	(*)
Atlantica I	38.305	23.120	3T13
Atlantica II	37.830	22.727	3T13
Atlantica IV	59.369	25.743	3T13
Atlantica V	104.008	74.491	3T13
Baixa Verde	142	137	(*)
Bio Alvorada	132.657	95.733	2T13
Bio Coopcana	107.773	78.801	2T13
Boa Vista II	1.379	1.304	(*)
Cachoeira Grande	6.481	3.453	(*)
Cajueiro	114	114	(*)
Campos dos Ventos I	7.253	7.324	1T15
Campos dos Ventos II	13.355	11.678	3T13
Campos dos Ventos III	7.595	7.680	1T15
Campos dos Ventos V	7.127	7.051	1T15
Costa Branca	91.202	43.277	3T13
Costa das Dunas	331	331	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gameleira	551	551	(*)
Jurema	41.924	17.230	3T13
Macacos	55.081	23.280	3T13
Pedra Preta	53.235	22.090	3T13
Penedo	985	985	(*)
Santa Cruz	5.660	3.544	(*)
Santa Mônica	7.539	7.510	3T15
Santa Úrsula	6.867	6.863	3T15
São Benedito	6.964	6.955	3T15
São Domingos	7.466	7.457	3T15
Tombo	933	933	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.550	7.518	3T15
Ventos de São Martinho	7.477	7.460	3T15
Pedro Cheirosa I	53	-	(*)
Pedro Cheirosa II	53	-	(*)
Bitupitá I	40	-	(*)
Bitupitá II	40	-	(*)
Bitupitá II	40	-	(*)
Curral Velho I	38	-	(*)
Curral Velho II	38	-	(*)
Curral Velho III	38	-	(*)
Outros projetos	44.494	58.175	(*)
Total	875.723	585.297	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informação não revisada pelos auditores independentes

No final do prazo da autorização, os ativos das empresas de energia eólica podem ser vendidos a terceiros. No caso das PCHs, no final do prazo de autorização, são devolvidas ao Poder Concedente.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973, líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”. Em 31 de março de 2013, o saldo desta rubrica era de R\$54.042.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$51.828 (consolidado), sendo que R\$51.673 classificada no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e Amortização”, R\$155 (controladora) no grupo despesas gerais e administrativas na rubrica “Depreciação e Amortização”.

13. INTANGÍVEL

A composição do intangível é como segue:

	Controladora					Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferencia	
Outros intangíveis	9.017	-	(123)	(481)	-	8.413
Total	9.017	-	(123)	(481)	-	8.413
	Consolidado					Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferencia (*)	
Direito de exploração	2.981.122	-	-	(32.007)	-	2.949.115
Outros intangíveis	41.121	576	(625)	(830)	(10.829)	29.413
Total	3.022.243	576	(625)	(32.837)	(10.829)	2.978.528

(*) Vide nota explicativa nº 12

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração e outros intangíveis das seguintes SPEs:

	Consolidado					Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (*)	
Aiuuoca	49.394	-	-	(709)	-	48.685
Alto Irani	159.784	-	-	(1.983)	-	157.801
Arvoredo	35.674	-	-	(512)	-	35.162
Atlânticas I	468	-	-	-	-	468
Atlânticas II	468	-	-	-	-	468
Atlânticas IV	469	-	-	-	-	469
Atlânticas V	468	-	-	-	-	468
Baixa Verde	5.057	-	-	-	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	-	(906)	-	62.208
Boa Vista II	74.049	-	-	-	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	-	(9.315)	-	728.770
Cachoeira Grande	2.654	-	-	-	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	-	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	-	(394)	-	27.047
Corrente Grande	38.418	-	-	(551)	-	37.867
Costa Branca	49.482	-	-	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	-	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	-	(11)	-	1.279
Farol de Touros	4.060	-	-	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	-	-	2.436
Siif Cinco	131.598	-	-	(1.694)	-	129.904
Gameleira	3.248	-	-	-	-	3.248
Eólica Icarazinho	332.431	-	-	(4.280)	-	328.151
Juremas	40.751	-	-	-	-	40.751
Lacenas	17.692	-	-	(170)	-	17.522
Macacos	53.384	-	-	-	-	53.384
Navegantes	-	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	27.441	-	-	(394)	-	27.047
Paíol	54.882	-	-	(788)	-	54.094
Eólica Paracuru	220.931	-	-	(2.846)	-	218.085
PCH Holding 2	85.360	-	-	(702)	-	84.658
Pedra Preta	53.390	-	-	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	-	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	-	(1.497)	-	117.268
Eólica Formosa	216.874	-	-	(2.792)	-	214.082
Salto Goes	55.442	-	-	(167)	-	55.275
Santa Clara I	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara II	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara III	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara IV	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara V	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Clara VI	5.145	-	-	(42)	-	5.103
Santa Cruz	1.288	-	-	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	-	(433)	-	29.752
Siif Desenvolvimento	74.651	-	-	(961)	-	73.690
Tombo	26.505	-	-	-	-	26.505
Varginha	24.696	-	-	(355)	-	24.341
Várzea Alegre	20.581	-	-	(295)	-	20.286
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	-	-	(32.007)	-	2.949.115
Outros intangíveis	41.121	576	(625)	(830)	(10.829)	29.413
Total	3.022.243	576	(625)	(32.837)	(10.829)	2.978.528

(*) Vide nota explicativa nº 12

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$32.007 (R\$21.832 para o mesmo período em 2012), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No período de três meses findo em 31 de março de 2013, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$830 (consolidado), sendo que R\$349 (consolidado) classificado no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e Amortização”, R\$481 (controladora/consolidado) no grupo despesas gerais e administrativas na rubrica “Depreciação e Amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	1.811	1.120	2.896	19.147
Encargos de uso da rede elétrica	592	886	1.462	1.452
Materiais e serviços	12.192	7.327	74.750	55.538
Total	14.595	9.333	79.108	76.137
Não Circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	4.467
Total	-	-	-	4.467
Total	14.595	9.333	79.108	80.604

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” está apresentado a seguir:

Agente Financiador	Controladora					
	31/03/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não Circulante		Total
Encargos	Principal	Circulante	Principal			
BNDES	9.386	77.013	86.399	901.776	988.175	988.500

Agente Financiador	Consolidado					31/12/2012
	31/03/2013					
	Circulante		Total	Não Circulante		
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Total	
BNDES (a)	1.123	31.711	32.834	343.915	376.749	384.629
BNDES (b)	935	38.308	39.243	318.114	357.357	366.875
SAFRA (c)	1.195	24.750	25.945	27.500	53.445	52.546
BNDES (d)	413	11.369	11.782	109.904	121.686	124.508
Banco do Nordeste do Brasil (e)	1.147	9.924	11.071	130.871	141.942	144.252
HSBC (f)	8.213	56.000	64.213	340.467	404.680	397.523
Banco do Nordeste do Brasil (g)	1.337	6.596	7.933	172.417	180.350	181.924
Nordic Investment Bank (g)	297	7.820	8.117	73.540	81.657	82.489
BNDES (g)	639	20.959	21.598	192.196	213.794	218.866
Nota promissória (h)	3.627	230.000	233.627	-	233.627	331.538
BNDES (i)	1.412	1.833	3.245	70.944	74.189	71.742
BNDES (j)	164	8.098	8.262	57.748	66.010	68.024
BNDES (k)	8.437	35.434	43.871	583.054	626.925	616.806
BNDES (l)	14	3.271	3.285	609	3.894	4.818
BNDES (m)	185	2.266	2.451	96.618	99.069	98.048
BNDES (n)	164	7.399	7.563	46.366	53.929	54.413
BNDES (o)	402	117.062	117.464	-	117.464	-
	<u>29.704</u>	<u>612.800</u>	<u>642.504</u>	<u>2.564.263</u>	<u>3.206.767</u>	<u>3.199.001</u>

a) Operação com BNDES nas controladas da PCH Holding

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor total de até R\$471.484 (valor original) a serem utilizados nos empreendimentos de dez PCHs, indiretamente controladas, originárias da Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A. (“ERSA”), antecessora da Companhia, com encargos baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais 1,95% ao ano. Em virtude da postergação da construção da SPE Aiuruoca, foi pedido o cancelamento parcial do financiamento. Assim, a contratação dessas operações de financiamento totalizou o montante de R\$404.105 (valor original). Os empréstimos das demais SPEs compreendidas neste financiamento estão em fase de amortização, com o prazo de 168 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$376.749.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- A PCH Holding S.A., controlada direta da Companhia, é devedora solidária.
- Até a conclusão físico-financeira, a Companhia é devedora solidária e constituiu fianças bancárias de 50% do valor da dívida.
- Penhor das ações das SPEs detidas pela PCH Holding S.A.
- Penhor das ações da PCH Holding S.A. detidas pela Companhia.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.
- Seguro garantia dos principais fornecedores.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

b) Operação com BNDES na Controladora - Biomassas

Também em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$398.547 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Formosa, CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Buriti. Os financiamentos possuem 2 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,87% a 1,90% ao ano e a segunda com encargos fixos de 5,5% ao ano. O prazo de amortização varia entre 96 meses e 168 meses. Em virtude de alterações de escopo dos projetos e revisões de cronograma, o montante de financiamento totalizou R\$ 377.094, que haviam sido liberados integralmente até 31 de dezembro de 2012. Os juros iniciaram-se em janeiro de 2012, e serão pagos mensalmente, com exceção da CPFL Bio Pedra, que iniciou-se em agosto de 2012. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$357.357.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos nos itens (b) e (k) desta nota explicativa são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Penhor de cotas (em alguns casos).
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

c) Operação com o Banco Safra S.A. nas controladas Plano Alto e Alto Irani

Em julho de 2009, foi realizada operação com o Banco Safra S.A., com o objetivo de liquidar antecipadamente a totalidade das dívidas das SPEs Alto Irani e Plano Alto com o BNDES e a “International Finance Corporation - IFC”, mediante repasses do Banco

Sudameris S.A. e do Banco Santander S.A. Na oportunidade, a SPE Alto Irani e a SPE Plano Alto realizaram operação de aumento de capital, na qual o Banco Safra S.A. subscreveu 923.077 ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e 796.663 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto (operação de troca de dívida).

Dessa forma, o Banco Safra S.A. integralizou R\$63.000 na SPE Alto Irani e R\$42.789 na SPE Plano Alto, parte em créditos contra as SPEs e parte em dinheiro.

Adicionalmente, nessa mesma transação o Banco Safra S.A. adquiriu da Companhia 78.407 ações preferenciais de emissão da SPE Plano Alto por R\$4.211.

As ações preferenciais de emissão da SPE Alto Irani e da SPE Plano Alto possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do, CDI acrescida de 0,4% ao ano (encargo financeiro efetivo).

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos pelo período de um ano, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias, na proporção necessária para que as preferenciais convertidas representem 50% mais uma ação da SPE inadimplente.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco Safra S.A., tendo como intervenientes as SPEs Alto Irani e Plano Alto.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPEs Plano Alto e Alto Irani, a qual foi cumprida até 31 de março de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$53.445.

d) Empréstimos oriundos da Santa Luzia

Em 2009, o BNDES aprovou a contratação de operações de financiamentos no valor original de R\$91.350 e de R\$32.372, com encargos baseados na TJLP, mais 2,8% e 3,4% ao ano, respectivamente, utilizados na realização do projeto de construção de PCH, com capacidade de 28,5 MW, nos Municípios de São Domingos e Ipuacú, no Estado de Santa Catarina. Os valores liberados foram 100% desembolsados. Em 20 de julho de 2011, a carência foi prorrogada de junho de 2011 para dezembro de 2011; sendo assim, a primeira amortização ocorreu em 15 de janeiro de 2012. O prazo de amortização é de 143 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$121.686.

As principais garantias vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de 100% de receita de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica.

- Penhor dos direitos emergentes da autorização da ANEEL, conforme Resolução ANEEL nº 696 de 17 de dezembro de 2002.
- Alienação fiduciária dos bens adquiridos com o financiamento.
- Os acionistas constituíram penhor sobre a totalidade das ações, de sua titularidade, representativas nesta data de 100% do capital social da PCH Santa Luzia.
- Comparecem como garantidores a PCH Holding 2 S.A. e a CPFL Renováveis, na condição de responsáveis pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes do referido contrato e também nas hipóteses de vencimento antecipado da dívida.
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (“covenants”), determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, os quais podem ou não acarretar vencimento antecipado dos títulos, quais sejam, resumidamente:

- O inadimplemento por parte dos Acionistas de suas obrigações em contratos de BNDES, sendo repasse ou direto.
- Retardamento ou paralisação de obras.
- Inexecução das obras no prazo contratual.
- Aplicação dos recursos com finalidade diversa da prevista.
- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivos que limitem, restrinjam o controle das empresas pelos respectivos controladores, relacionados à capacidade de crescimento, ao desenvolvimento tecnológico ou ao prejuízo da capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Extinção, término ou revogação da autorização da ANEEL para exploração da PCH Santa Luzia.

Para a transferência do controle da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4, foi obtida anuência do BNDES e do Banco do Brasil, resultando na não antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R\$ 112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013 e o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido covenant também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de cross-default.

e) Empréstimos oriundos da Jantus

Em 2008, as controladas da Jantus assinaram acordos de empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com encargos fixos de 9,50% a 10,00% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em 2028. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$141.942.

Antes da liberação desses recursos, as controladas da Jantus incorreram em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizados pelos prazos dos contratos.

As principais garantias dessas dívidas são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das controladas no valor de R\$ 56.663 (valor original) garantidos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.
- Cessão e vinculação de receitas do contrato de compra e venda de energia assinados entre as controladas da SIIF Energies do Brasil Ltda. e a Eletrobrás.
- Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- Ações das controladas de propriedade da Jantus.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$ 16.911 conforme covenant de financiamento (vide nota explicativa nº 6).
- Fiel depositário das máquinas e equipamentos.

f) Operação com o Banco HSBC Bank Brasil S.A. na controlada T-15 Energia S.A (T-15)

Em junho de 2012, foi realizada operação de captação de recursos com o Banco HSBC para aquisição do negócio Bons Ventos, utilizando como empresa veículo a nova controlada T-15, constituída para essa finalidade. O Banco HSBC subscreveu 2.927.994.471 ações preferenciais resgatáveis de emissão da T-15, integralizando R\$400.000 em caixa.

As ações preferenciais de emissão da T-15 possuem as seguintes características principais:

- Resgates anuais a partir de junho de 2013 até junho de 2020.
- Dividendos semestrais calculados com base na taxa do CDI acrescida de 0,5% ao ano.

Com base nas características do instrumento, a Administração registrou as ações preferenciais resgatáveis como passivo financeiro, dentro da rubrica Empréstimos e Financiamentos.

Em caso de descumprimento no cronograma de resgates ou de pagamento de dividendos por 3 períodos consecutivos ou 5 períodos durante a vigência do contrato, fica assegurada a prerrogativa de conversão das ações preferenciais em ordinárias na proporção de 1,01 ordinária para cada 1,00 preferencial.

No âmbito da transação anteriormente referida, foram assinados Acordos de Acionistas entre a Companhia e o Banco HSBC.

Além disso, foi aprovada uma política de restrições de endividamento para as SPes controladas pela T-15, a qual vem sendo cumprida até 31 de março de 2013.

A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA superior a 3,75 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$404.680.

g) Empréstimos oriundos da Bons Ventos

Em 2009 e 2010, a Bons Ventos assinou acordos de empréstimos no valor de R\$198.633 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, no valor de R\$258.456 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e R\$ 85.135 com o Nordic Investment Bank - NIB.

Os empréstimos com o BNDES possuem subcréditos com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,92% ao ano e em encargos fixos de 4,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022. Já os empréstimos com o BNB possuem encargos fixos de 10% ao ano e bônus de adimplemento de 15% e vencimento em outubro de 2029 enquanto que os empréstimos com o NIB possuem encargos baseados no IGP-M acrescido de 8,63% ao ano e vencimento em setembro de 2023.

Antes das liberações desses recursos, a Bons Ventos incorreu em despesas de estruturação financeira que foram consideradas como custos de captação, e estão sendo amortizadas pelos prazos dos contratos.

No dia 20 de junho de 2012 a Companhia obteve a conclusão físico-financeira.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$475.801, sendo R\$180.350 do BNB, R\$213.794 do BNDES e R\$81.657 do NIB.

As principais garantias e cláusulas restritivas dessas dívidas são:

- Fiança corporativa da BVP S.A.
- Até a conclusão físico-financeira, fianças bancárias de 100% do valor da dívida.
- Penhor das ações da Bons Ventos S.A..
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias de Fontes Incentivadas - CCEIs.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Alienação fiduciária de Máquinas e Equipamentos adquiridos para o projeto.

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

h) Operação de Notas Promissórias e de Capital de Giro

Em maio de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de capital de giro, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$79.490 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano. Todo o montante foi liberado na assinatura do contrato e o financiamento foi liquidado em julho de 2012.

Em julho de 2012, as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento, na modalidade de notas promissórias, com o Banco do Brasil. O financiamento totalizou R\$320.000 (valor original) para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

Em janeiro de 2013, as controladas Alvorada e Coopcana liquidaram o financiamento com recursos provenientes do empréstimo de longo prazo firmado com o BNDES vide letra “m” dessa nota. Já as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V liquidaram o financiamento via nova emissão de notas promissórias junto ao Banco do Brasil, com encargos 108,50% do CDI ao ano.

O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$233.627.

i) Operação com o BNDES na controlada Salto Góes

No segundo trimestre de 2012, o BNDES aprovou a contratação de operação de financiamento no valor total de até R\$85.244 (valor original) a ser utilizado no empreendimento da PCH, controlada direta, com encargos financeiros baseados na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescida de 2,05% ao ano.

Até 31 de março de 2013, foi desembolsado o montante de R\$69.982. O saldo remanescente, de R\$15.262, deve ser liberado até setembro de 2013. O financiamento deverá ser amortizado a partir de outubro de 2013, com o prazo de 192 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$74.189.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- Não ocorrer o vencimento antecipado em nenhum contrato de financiamento em empresas do mesmo grupo econômico.
- A CPFL Energias Renováveis S.A. é devedora solidária.

- Penhor das ações da Salto Góes Energia S.A. detidas pela CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor dos direitos emergentes das autorizações para exploração de potencial hidrelétrico.
- Penhor dos direitos creditórios dos Contratos de Comercialização de Energias no Ambiente Regulado - CCEARs.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (aplicações financeiras vinculadas) - vide nota explicativa nº 6.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

j) Operação com o BNDES na controlada Bioenergia

Refere-se a empréstimos contraídos pela controlada CPFL Bioenergia S.A. com o Banco Itaú BBA S.A. nas modalidades BNDES FINEM com encargos baseados na TJLP, acrescida de 1,90% ao ano e amortização mensal até maio de 2023 e BNDES FINAME com encargos pré-fixados à taxa de 4,50% ao ano e amortização mensal até novembro de 2019. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$66.010.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES ou com o Itaú por qualquer empresa do grupo econômico.
- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

k) Operação com BNDES no Complexo Santa Clara

Em 2010, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$574.098, (valor original) na modalidade FINEM, que serão destinados para as controladas diretas Santa

Clara I a VI e Eurus VI, com encargos baseados na TJLP acrescida de 1,72% ao ano e prazo de amortização de 192 meses.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R\$572.858. O saldo remanescente, de R\$1.240, deve ser liberado até abril de 2013. Em decorrência da reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1.1, esta dívida passou a ser registrada na CPFL Renováveis a partir de 1º de agosto de 2011. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$626.925.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

l) Outros empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos contraídos com o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil S.A., na modalidade BNDES FINEM, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 3,10% e 4,30% ao ano, respectivamente, e amortização mensal até novembro de 2013 e junho de 2014, respectivamente. Tais empréstimos foram contraídos para a repotencialização das PCHs Capão Preto, Chibarro e Gavião Peixoto. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$3.894, sendo R\$3.054 contraídos com o Itaú e R\$840 contraídos com o Banco do Brasil.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Fiança da CPFL Energia S.A.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- Não ocorrer o vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado com o BNDES, seja por repasse ou direto, por qualquer empresa do grupo econômico.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

m) Operação junto ao BNDES das controladas Bio Alvorada Bio Coopcana

Em 2012 o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$209.000 (valor original), que serão destinados às controladas diretas CPFL Bio Alvorada e CPFL Bio Coopcana. Os financiamentos possuem 3 tranches, sendo a primeira com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,02% ao ano, a segunda com encargos fixos de 2,5% ao ano e na terceira

incorre a TJLP. O prazo de amortização varia entre 108 meses e 192 meses. Até 31 de março de 2013 foi liberado o montante de R\$ 98.000. O saldo remanescente, de R\$ 111.000, deve ser liberado até novembro de 2013. A amortização de principal e juros iniciará em janeiro de 2014 e será mensal. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$99.069.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos financiamentos descritos são as seguintes:

- Penhor de Ações da CPFL Renováveis S.A.
- Penhor de Ações da Controlada
- Conta Reserva
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança da Corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

n) Operação junto ao BNDES na controlada Lacenas

Em 2008, o BNDES aprovou a contratação da operação de financiamento no valor original de R\$73.769, com encargos baseados na TJLP, acrescida de 2,15% ao ano, utilizado na expansão da cogeração de energia a partir da biomassa. Os valores liberados foram 100% desembolsados. A primeira amortização ocorreu em 15 de maio de 2010 e o prazo de amortização é de 120 meses. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$53.929.

As principais garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao financiamento descrito estão sob negociação junto ao BNDES pois referem-se ao acionista anterior, Usina Açucareira Ester S.A. conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis rurais avaliados em R\$ 39.175
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos

- Penhor de Ações da Controlada
- Fiança corporativa da Anhumas S.A. e Companhia Agrícola Nogueirapis
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

o) Operação com BNDES no Complexo Macacos

Em 2012, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$175.476, na modalidade Empréstimo Ponte, que serão destinados para as controladas diretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano, com amortização no vencimento em abril de 2014.

Até 31 de março de 2013, foi liberado o montante de R\$115.616. O saldo remanescente, de R\$59.860, deve ser liberado até março de 2014. O saldo devedor em 31 de março de 2013 é de R\$117.464.

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos
- Fiança corporativa da CPFL Energias Renováveis S.A.
- Penhor de Ações das controladas
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas informações contábeis anuais consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A., durante a vigência do contrato

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período de três meses findo em 31 de março de 2013 está representada como segue:

Controladora					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
988.500	-	15.526	(10.499)	(5.352)	988.175

Consolidado					
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
3.199.001	346.972	58.448	(355.552)	(42.102)	3.206.767

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	58.331	196.846
2015	76.963	226.178
2016	76.963	234.216
2017	76.963	237.522
2018	76.963	250.974
2019 a 2023	305.946	995.306
2024 a 2028	216.762	413.063
2029 a 2030	12.885	10.158
Total - não circulante	901.776	2.564.263

16. DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/03/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não circulante	Total	
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Total	
Debêntures CPFL Renováveis	12.683	-	12.683	430.000	442.683	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.965)	(2.965)	(3.079)
	12.683	-	12.683	427.035	439.718	430.682

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/03/2013
430.682	-	8.922	-	114	-	-	439.718

	Consolidado					
	31/03/2013				31/12/2012	
	Circulante		Total	Não circulante	Total	
Encargos	Principal	Circulante	Principal	Total	Total	
Debêntures conversíveis FDNE - SUDENE (a)	2.179	33.950	36.129	503.594	539.723	531.846
(-) Custos de captação	-	-	-	(15.166)	(15.166)	(15.539)
Debêntures CPFL Renováveis (c)	12.683	-	12.683	430.000	442.683	433.761
(-) Custos de captação	-	-	-	(2.965)	(2.965)	(3.079)
Debêntures PCH Holding 2 (b)	-	-	-	178.391	178.391	174.895
(-) Custos de captação	-	-	-	(1.904)	(1.904)	(1.927)
	14.862	33.950	48.812	1.091.950	1.140.762	1.119.957

Consolidado							
Saldo em		Custo de		Amortização do		Saldo em	
31/12/2012	Liberações	Juros	captação	captação	Amortização	Pgto juros	31/03/2013
1.119.957	-	20.295	-	510	-	-	1.140.762

O cronograma de previsão de pagamento das debêntures está apresentado a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2014	-	33.596
2015	21.500	83.995
2016	43.000	85.297
2017	43.000	85.297
2018	64.500	106.797
2019 a 2023	255.035	549.373
2024 a 2028	-	147.595
Total - não circulante	427.035	1.091.950

a) Debêntures conversíveis - SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa

As SPEs Paracuru, Icaraizinho, SIIF Cinco e Praia Formosa emitiram debêntures conversíveis com vencimento em 2028. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à TJLP, acrescida de uma sobretaxa efetiva de 1,00% ao ano, pagos semestralmente. Antes da liberação dos recursos, as SPEs incorreram em despesas de estruturação financeira de R\$17.320, que foram consideradas como custos de captação e contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, sendo amortizadas pelo prazo do contrato.

As debêntures serão pagas em 39 parcelas semestrais e consecutivas, cujo início ocorreu em 2009 e o término será em 2029.

As principais garantias das debêntures são:

- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos no valor de R\$129.510 à SUDENE.
- Cessão e vinculação de receitas dos contratos de compra e de venda de energia assinados pela Eletrobrás com as controladas.
- A Garantia dada pela SIIF Energies do Brasil Ltda., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo.
- As ações das controladas de propriedade da SIIF Energies do Brasil Ltda.
- Manutenção de aplicação financeira em fundo de liquidez no valor de R\$21.746. (nota explicativa nº 6).

Processo de conversão

Em cada vencimento semestral, os debenturistas podem converter 50% das debêntures devidas naquela data em ações ordinárias das controladas, mantendo o controle das

controladas pelo setor privado, com base no menor valor entre: (a) cotação média das ações dos últimos 30 dias negociadas em bolsa de valores nacionais; ou (b) valor patrimonial ajustado com base no balanço do último exercício social. Adicionalmente, as controladas da Siif Energies deverão obter, no prazo de 90 dias, a partir da data de comunicação da intenção de conversão feita pela SUDENE, o registro de companhia aberta na CVM.

O direito dos debenturistas de converter as debêntures em ações estará sujeito às seguintes condições: anúncio da intenção de converter para a Emissora, com pelo menos 120 dias de antecedência da data do pagamento do cronograma de amortização, que será objeto de conversão e se as controladas não efetuarem o pagamento antecipado pelo menos 5 dias úteis antes do vencimento da parcela.

As controladas da Siif Energies são obrigadas a cumprir determinadas cláusulas contratuais que incluem, entre outras, as seguintes:

- Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir novas debêntures nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDENE e do BNB, excetuando-se os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária das controladas, ou com finalidade de reposição ou substituição de material.
- Poderão remunerar os seus acionistas, semestralmente, desde que não estejam inadimplentes com as suas obrigações oriundas dos contratos de empréstimos.
- Obrigam-se a submeter previamente à SUDENE quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário, que ficam subordinadas à prévia aprovação da SUDENE, com a anuência do BNB.

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

Conforme análise da Administração, as debêntures conversíveis em ações não contêm instrumentos derivativos embutidos que devessem ter sido bifurcados e avaliados a valor justo por meio do resultado. O entendimento da Administração é que as cláusulas do contrato desta operação, na sua essência, representam cláusulas de proteção à SUDENE, e, conseqüentemente, não deveriam ser separadas do contrato principal.

b) Debêntures não conversíveis - PCH Holding 2

Em janeiro de 2012, a PCH Holding 2 S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 158.193, com vencimento em 2023, para financiar a aquisição da PCH Santa Luzia. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% ao ano, que serão pagos mensalmente a partir de junho de 2015. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em junho de 2015 e o término em junho de 2023. Antes da liberação dos recursos, a companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$2.183, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- A Garantia dada pela CPFL Energias Renováveis S.A., responsável solidária pelo pagamento do empréstimo

- Manutenção de Índice de Alavancagem consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. menor ou igual a 80%
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida com Caixa Acumulado consolidado da CPFL Energias Renováveis S.A. maior ou igual a 1,15

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

c) Debêntures não conversíveis - CPFL Renováveis

Em maio de 2012, a CPFL Energias Renováveis S.A. emitiu debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 430.000, com vencimento em 2022, para financiar a aquisição da Bons Ventos. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do DI - Depósito Interbancário, acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% ao ano, que serão pagos semestralmente a partir de novembro de 2012. A amortização do principal será feita em 9 parcelas anuais e consecutivas, cujo início ocorrerá em maio de 2015 e o término em maio de 2023. Antes da liberação dos recursos, a Companhia incorreu em despesas de estruturação financeira de R\$3.673, que foram consideradas como custos de captação, contabilizadas como redutoras no grupo de debêntures, amortizadas pelo prazo do contrato.

As principais garantias e cláusulas restritivas das debêntures são as seguintes:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela da PCH Holding S.A. e BVP S.A. bem como dos direitos creditórios das contas correntes pelas quais deverão circular os dividendos e juros sobre capital próprio pagos pelas mesmas
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75

A Companhia atendeu os covenants em 31 de março de 2013.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 31 de março de 2013 desta conta totaliza R\$11.535 (R\$11.369 em 31 de dezembro de 2012), conforme segue:

- Inclui R\$5.819 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurus VI, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).

- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.308, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- A Companhia reteve R\$1.408 referentes à aquisição da usina de biomassa Lacenas, com previsão de pagamento para o início de 2013.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R\$152.442 (R\$151.534 referentes ao preço base e R\$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. e o valor de R\$18.432 relacionado à aquisição da Jantus, reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

Em agosto de 2012, a Companhia liquidou o montante de R\$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver nota explicativa 1.2) a título de complemento de preço.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de março de 2013, o saldo desta conta totaliza R\$19.346 (R\$14.584 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor de R\$1.993 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Eletrobrás, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia. As controladas Bio Formosa e Bio Pedra apresentam o valor de R\$10.473 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização Energia Elétrica – CCEE e a outros clientes. A controlada Lacenas apresenta R\$ 880 relativo ao faturamento a cliente de mercado livre. A controlada Bioenergia apresenta R\$ 6.000 relativo a faturamento antecipado a parte relacionada CPFL Brasil.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

Em 31 de março de 2013, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$5.694 no passivo circulante e R\$20.355 no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 31 de março de 2013, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$29.195 registrada no passivo não circulante.

Desta maneira, os saldos totais registrados em 31 de março de 2013 relativos a “Provisão para custos socioambientais e desmobilização” montam R\$5.694 no passivo circulante e R\$49.550 no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2013
Trabalhista	211	-	(5)	(9)	4	-	201
Cíveis	606	-	-	-	14	-	620
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	<u>852</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(9)</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>856</u>
Depósitos judiciais	(65)	-	-	-	-	-	(65)
Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/03/2013
Trabalhista	256	-	(6)	(11)	6	-	245
Cíveis	620	-	-	-	14	-	634
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	<u>24.861</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(11)</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>24.864</u>
Depósitos judiciais	(201)	-	-	-	-	-	(201)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$ 23.985, sendo R\$ 13.950 da Jantus e R\$ 10.000 de Bons Ventos e R\$ 35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$ 23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em trinta e duas ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível e tendo como valor da causa atualizado o montante de R\$ 6.153. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, bem como uma ação de indenização por danos morais e materiais com valor de causa no importe de R\$ 1.885 cujo escopo é a discussão acerca do descumprimento de cláusulas contratuais.

Trabalhistas

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em cento e vinte cinco ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas com valor da causa atualizado no montante de R\$ 3.303 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de março de 2013, as controladas eram parte em treze ações judiciais tributárias e procedimentos administrativos de natureza fiscal-tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R\$ 2.060, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social de acordo com a legislação societária brasileira

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$2.675.731, representado por 412.274.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

(b) Composição acionária

A composição acionária, incluindo os efeitos do agrupamento de ações, conforme descrito no item (c), da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/03/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	63,00%	146.312.932	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	0,00%	113.435.867	27,51%
Secor LLC	38.082.654	9,24%	38.082.654	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	33.072.441	8,02%	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	5.808.543	1,41%	5.808.543	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,63%	31.439.288	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	10.205.052	2,48%	10.205.052	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	20.574.590	4,99%	20.574.590	4,99%
GMR Energia S.A.	9.210.360	2,23%	9.210.360	2,23%
Outro (pessoa física)	4.132.302	1,00%	4.132.302	1,00%
	412.274.029	100%	412.274.029	100%

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51% (vinte e sete vírgula cinquenta e um por cento), detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% (trinta e cinco vírgula quarenta e nove por cento) do capital social da Companhia, passou a deter 63% (sessenta e três por cento) do capital social da Companhia.

(c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passou a vigor com a seguinte nova redação:

“Artigo 4º - O capital social subscrito da Companhia é de R\$2.675.731.029,29 (dois bilhões seiscentos e setenta e cinco milhões setecentos e trinta e um mil, vinte e nove reais e nove centavos), dividido em 412.274.029 (quatrocentos e doze milhões, duzentas e setenta e quatro mil e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.”

(d) Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2011, foram deliberados os seguintes temas:

- 1) A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$533.756 (R\$528.988 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013), em contrapartida à conta “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido. Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital” até sua capitalização, que será feita na proporção representativa do capital de cada acionista.

(e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de março de 2013, a Companhia mantém reserva no montante de R\$1.578 a título de reserva legal.

(f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de março de 2013 a Companhia possuía o montante de R\$22.492.

(g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possui o montante de R\$7.496 referente à parcela do lucro não realizado no exercício.

(h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a IAS 33, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(15.146)	11.008
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$ por ação)	<u>(0,04)</u>	<u>0,03</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(15.146)	11.008
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	<u>(2.699)</u>	<u>(1.700)</u>
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	(17.845)	9.308
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>412.274.029</u>	<u>412.274.029</u>
Média ponderada de número de ações ordinárias	412.274.029	412.274.029
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)	<u>(0,04)</u>	<u>0,02</u>

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados anti dilutivos em 31 de março de 2013 e 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada período.

(j) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$ 56.973 foi registrado na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de março de 2013 é de R\$54.042.

(k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas informações contábeis intermediárias após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de março de 2013 não houve distribuição de dividendos.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receita de venda de energia-	13.228	6.161	244.624	143.244
Deduções da receita bruta:				
Pis/Cofins	(1.223)	(570)	(15.598)	(7.503)
Encargos regulatórios	-	-	(40)	(1.080)
Receita operacional líquida	12.005	5.591	228.986	134.661

Abaixo demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
CCEAR*	-	-	22.366	16.477
CER**	-	-	29.211	-
Mercado Livre	-	6.161	88.041	69.523
Proinfa	-	-	105.006	57.244
Total	-	6.161	244.624	143.244

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das SPEs da Companhia que se encontram em operação em 31 de março de 2013 têm as seguintes características:

<u>Empreendimento/SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)*</u>	<u>Índice de Reajuste</u>	<u>Mês de Reajuste</u>
Alto Irani	Proinfa	13,5	189,82	IGPM	Junho
Americana	Mercado Livre	8,1	164,34	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	190,76	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	177,44	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	195,46	IPCA	**
Bio Energia	Mercado Livre	11,6	186,16	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,3	188,94	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	160,79	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	20,2	349,38	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	164,34	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	294,91	IGPM	Junho
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	164,34	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	164,34	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,0	189,82	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	188,94	IPCA	Janeiro
Diamante	Mercado Livre	1,6	177,16	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	164,34	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	164,34	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	12,6	331,19	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	164,34	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	175,53	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	338,12	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	164,34	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	164,34	IGPM	Janeiro
Icaraizinho	Proinfa	28,7	313,90	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	164,34	IGPM	Abril
Lacenas	CCEAR	7,0	195,47	IPCA	**
Lençóis	Mercado Livre	1,0	164,34	IGPM	Abril
Monjolinho	Mercado Livre	0,1	156,30	IGPM	Abril
Ninho da Água	Mercado Livre	5,7	188,94	IPCA	Janeiro
Paíol	Mercado Livre	11,2	164,34	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	309,32	IGPM	Março
Pinhal	Mercado Livre	3,7	164,34	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	164,34	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	189,82	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	333,65	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	338,12	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,8	342,95	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,7	350,81	IGPM	Março
Saltinho	Mercado Livre	0,7	164,34	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	4,1	164,34	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	175,53	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	176,48	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	202,76	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	4,2	164,34	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	165,86	IPCA	Agosto
São Gonçalo	Mercado Livre	6,4	188,94	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	4,6	164,34	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,3	164,34	IGPM	Abril
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	318,40	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	164,34	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	177,44	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,9	188,94	IPCA	Janeiro
Total		<u>482,2</u>			

(*) Data de referência: 31/03/2013

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
		Reapresentado		Reapresentado
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(14.081)	(6.428)	(32.976)	(18.416)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(10.233)	(4.535)
Custo de operação das usinas	-	-	(17.280)	(7.941)
Materiais	-	-	(1.763)	(883)
Custo de pessoal (b)	-	-	(10.186)	(9.387)
Arrendamentos	-	-	(3.805)	(2.242)
Depreciação e amortização	-	-	(52.023)	(25.564)
Outros custos de operação	-	-	(1.605)	-
Total	(14.081)	(6.428)	(129.871)	(68.968)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal (b)	(11.594)	(7.652)	(1.408)	(1.280)
Despesas de ocupação	(988)	(112)	(1.016)	(436)
Despesas com viagens e estadas	(128)	(320)	(132)	(593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.587)	-
Despesas gerais	(165)	(460)	(200)	(721)
Serviços profissionais	(4.372)	(4.171)	(4.435)	(5.889)
Impostos e taxas	(87)	-	(120)	(339)
Outros	(457)	(287)	(474)	(638)
Total	(17.791)	(13.002)	(9.372)	(9.896)
Depreciação e amortização	(635)	(110)	(635)	(133)
Amortização do direito de exploração	-	-	(32.007)	(21.832)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2)	14	-	(22)
Remuneração dos administradores	(1.453)	(1.808)	(1.453)	(1.808)
Total	(19.881)	(14.906)	(43.467)	(33.691)

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro trimestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, resultando em um custo elevado de compra de energia em comparação ao mesmo período findo em 31 de março de 2012.
- (b) As despesas com pessoal referentes a operação das usinas são apresentadas na Companhia (controladora) como Despesas Gerais e Administrativas e como Custo de pessoal no consolidado, no montante de R\$11.594 e R\$10.667 nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	690	4.859	8.014	13.335
Ajuste a valor presente	-	-	1.239	-
Outras	65	22	304	845
Total	<u>755</u>	<u>4.881</u>	<u>9.557</u>	<u>14.180</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(24.562)	(10.798)	(79.253)	(42.629)
Juros capitalizados no imobilizado	-	7.940	8.769	7.940
Fiança bancária/Comissões e corretagens	-	-	(1.043)	(924)
Variações monetárias passivas	-	-	(167)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(2.044)	-
Outros juros	(3)	(292)	(45)	(328)
Outras	(647)	(43)	(1.446)	(868)
Total	<u>(25.212)</u>	<u>(3.193)</u>	<u>(75.229)</u>	<u>(36.809)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.146)	11.008	(10.024)	9.373
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	5.150	(3.743)	3.408	(3.187)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	15.713	11.294	-	-
Outras adições permanentes	(90)	(2.510)	(7.391)	(1.834)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	-	-	2.318	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(20.773)	(5.041)	(20.566)	(7.395)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	1.146	-
Lucro (exceto resultado financeiro) das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro real	-	-	22.064	18.203
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	-	-	(6.111)	(4.152)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	-	-	(5.132)	1.635
Impostos - corrente	-	-	(10.646)	(6.715)
Impostos - diferido	-	-	5.514	8.350
Impostos líquidos	-	-	(5.132)	1.635
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%	51,2%	17,4%

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da Jantus, que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do

grupo econômico Jantus pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

a) Ativo

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2013</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2012</u>
IR e CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:		
SIIF Énergies	11.073	11.491
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia do ativo imobilizado apurada em aquisição de negócio):		
SIIF Énergies	51.831	52.280
BVP	<u>54.741</u>	<u>55.931</u>
Total - ativo	<u>117.645</u>	<u>119.702</u>

Expectativa de recuperação	<u>Consolidado</u>
2013	6.160
2014	8.472
2015	8.445
2016	8.553
2017 a 2019	16.646
2020 a 2022	16.646
2023 a 2025	16.646
2026 a 2028	16.646
2029 a 2032	<u>19.431</u>
Total	<u>117.645</u>

b) Passivo

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Mais valia decorrente da apuração do custo atribuído	27.742	27.387
Mais valia dos ativos recebidos da antiga ERSA	361.419	364.377
Intangível - direito de exploração/autorização - Jantus	327.730	332.005
Intangível - direito de exploração/autorização - Santa Luzia	28.784	29.023
Intangível - direito de exploração/autorização - Complexo Atlântica	637	637
Intangível - direito de exploração/autorização - BVP	247.782	251.007
Intangível - direito de exploração/autorização - Lacenas	5.957	6.002
Outras diferenças temporárias	<u>26.193</u>	<u>23.872</u>
Total	<u>1.026.244</u>	<u>1.034.310</u>

c) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Total do ativo	117.645	119.702
Total do passivo	<u>(1.026.244)</u>	<u>(1.034.310)</u>
	<u>(908.599)</u>	<u>(914.608)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	11.072	11.491
Passivo líquido	<u>(919.671)</u>	<u>(926.099)</u>
	<u>(908.599)</u>	<u>(914.608)</u>

d) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2012	11.491	926.099
Realização de impostos diferidos	(2.058)	(7.572)
Reclassificação de impostos diferidos	1.639	1.639
Alocação por entidades legais	-	(495)
Saldo em 31.03.2013	<u>11.072</u>	<u>919.671</u>

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u>
	<u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 31 de março de 2013	<u>230.463</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de março de 2013	<u>230.463</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Aplicação financeira (nota explicativa nº 6.2).

- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.1).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17)

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e suas controladas com o BNDES e SUDENE, bem como ao fato de que os montantes a pagar são reajustados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros de referência do Governo Federal), que reflete taxas de mercado para estes instrumentos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias;
- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas informações contábeis intermediárias.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários no montante de R\$2.161 em 31 de março de 2013 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2012) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$ 114.297 (61% do total) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfra), (ii) 34.417 (18% do total) do grupo CPFL (acionista controlador), (iii) R\$13.161 (7% do total) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e (iv) R\$6.959 (4% do total) por um grande consumidor.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bio Energia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM N° 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de março de 2013 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31/03/2013 permaneçam estáveis (CDI em 7,16% a.a., TJLP em 5,0% a.a., IGPM em 8,05% a.a. e TR em 0,41% a.a.); (ii) elevação dos índices atuais em 25% e (iii) elevação dos índices atuais em 50%.

O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Juros a incorrer expostos a:	Risco da taxa de juros do instrumento	Exposição	Cenário I	Elevação/Redução de índice em		
					25%	50%	
Ativo Financeiro							
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	Redução	82.640	5.776	7.220	8.663	
Aplicação Fundos	CDI	Redução	449.547	32.497	40.621	48.744	
Títulos e valores mobiliários	TR	Redução	2.161	9	11	13	
Subtotal			534.348	38.281	47.851	57.421	
Passivo Financeiro							
Empréstimos e Financiamentos BNDES e FDNE	TJLP+1,55%	Aumento	(2.654.281)	(165.575)	(197.178)	(228.782)	
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	Aumento	(82.407)	(13.503)	(15.132)	(16.761)	
Empréstimos e Financiamentos FNE	PRÉ 9,95%	Aumento	(326.134)	(24.573)	(24.573)	(24.573)	
Empréstimos e Financiam. SAFRA e Debêntures PCH Holding 2	CDI+1,06%	Aumento	(1.316.359)	(85.006)	(103.542)	(122.078)	
Subtotal			(4.379.181)	(288.656)	(340.425)	(392.194)	
Variação			(3.844.832)	(250.375)	(292.574)	(334.773)	

(*) A Companhia tem exposição líquida passiva, uma vez que tem mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na Nota 19, na seção “Covenants”.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 31 de março de 2013, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias individual e consolidada o capital circulante líquido negativo no montante de R\$64.968 e R\$195.916, respectivamente, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar o início das obras de construções das suas usinas eólicas. Durante o ano de 2012 e o período de três meses findo em 31 de março de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, através da captação de recursos de curto prazo, por meio da emissão de notas promissórias com o Banco do Brasil S.A., que por sua vez serão quitadas com o desembolso do BNDES do financiamento de longo prazo dos projetos mencionados. Em 2 de abril de 2013, o BNDES aprovou financiamentos no montante de R\$263.700, na modalidade empréstimo ponte de curto prazo, que serão destinados para as controladas diretas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, com encargos baseados na TJLP acrescida de 3,02% ao ano. A Companhia solicitou o financiamento de longo prazo para o BNDES e aguarda os trâmites de aprovação

<u>SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWh)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)</u>	<u>Índice de reajuste</u>	<u>Mês de reajuste</u>	<u>Mês e ano do início</u>	<u>Prazo (em anos)</u>
Atlântica I	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica II	CCEAR	13,0	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica IV	CCEAR	12,9	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20
Atlântica V	CCEAR	13,7	154,85	IPCA	Novembro	jul/13	20

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31.03.2013					
Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e Financiamentos	6,49%	5.340	24.388	105.762	506.222	791.155
Debêntures	8,98%	-	18.054	19.141	243.059	391.527
Total	7,28%	5.340	42.443	124.903	749.281	1.182.682

	Consolidado					
	31.03.2013					
	Média Ponderada das Taxas de Juros	Até um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e Financiamentos	7,57%	20.270	366.104	421.136	1.544.928	2.139.669
Debêntures	7,58%	7.900	29.753	39.175	533.911	1.214.968
Total	7,57%	28.170	395.857	460.311	2.078.839	3.354.637

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum da Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas). Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e nos dão um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações com valores acima de R\$ 2.500 são aprovadas nas reuniões quinzenais de diretoria, e por sua vez registradas em atas e resoluções de diretoria.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/03/2013
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.493.163
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	85.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	511
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	69.864
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	197.324
Total		<u>2.845.862</u>

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	Pagamento Ano - 2013	Índice Reajuste
Eólica Santa Clara	5	mar-08	2.079	28 anos	112,1	IGP-M
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	222,0	IGP-M
Eólica Canoa Quebrada	9	jan-07	220	20 anos	222,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	115,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	376,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	218,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	133,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	73,0	IGP-M
Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	15	IGP-M
Projeto Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	61,0	IGP-M
Projeto Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	118,8	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	10	abr-08	3.196	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	13,0	IPCA
Projeto EOL Royalle	5	nov-10	701	25 anos	18,5	-
Projeto EOL Royalle Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	20,4	IPCA
Projeto Pé de Serra	5	jul-11	2.974	35 anos	77,5	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	0,0	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	420,0	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	5	jul-11	2.663	35 anos	55,1	IPCA
Projeto Tapuia	5	nov-11	1.166	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Olhos D'água	11	abr-12	1.271	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	853	35 anos	10,2	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	1.528	35 anos	4,6	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	2,0	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	4.072	35 anos	4,1	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	3,6	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	1.900	35 anos	1,9	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	960	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	1,1	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	0,9	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.496	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	10,1	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	330	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	107	35 anos	0,2	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	645	35 anos	3,9	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.122	35 anos	6,4	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	1,5	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	2,2	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	21,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	0,0	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	1.525	35 anos	10,7	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	5,5	IPCA
EOL Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	0,0	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	5,2	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Farol de Touros	2	mai-09	433	25 anos	80,8	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	66,4	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	19,7	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	19,7	IGP-M

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Pagará de R\$27.272,73 a R\$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;

2. A partir da assinatura do contrato R\$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
3. A partir da assinatura do contrato R\$ 11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual;
4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal;
5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R\$ 2,0/ha mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal;
6. A partir da assinatura do contrato R\$ 18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
7. A partir da entrada em operação R\$ 1.000,00 por aerogerador instalado mensal;
8. A partir da assinatura do contrato R\$ 35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta;
10. Pagamento de R\$ 3,0 por há na fase pré operacional e 0,85% da receita após operação;
11. Pagamento de R\$ 2,0 por há na fase pré operacional e 0,85% da receita após operação;
12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R\$ 2.500,00 a R\$ 14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;
13. Pagamento de R\$ 1,2 por há na fase pré operacional e 1,5% da receita após operação;
14. Pagamento de R\$ 1,0 por há na fase pré operacional e 1% da receita após operação;
15. Pagamento de R\$ 1,5 por há na fase pré operacional e 1,5 % da receita após operação;
16. Pagamento de R\$ 2,5 por há na fase pré operacional e 1,5 % da receita após operação;
17. Pagamento de R\$ 1,2 por há na fase pré operacional e 0,7 % da receita após operação;

Segue abaixo o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Vencimento	Consolidado		Total
	Fixo	Variável	
2013	518	8.173	8.691
2014	428	10.064	10.492
2015	479	12.685	13.164
2016	583	14.683	15.266
2017	583	13.804	14.387
2018 a 2022	-	68.668	68.668
2023 a 2027	-	68.549	68.549
2028 a 2032	-	59.712	59.712
2033 a 2037	-	39.067	39.067
2038 a 2042	-	30.455	30.455
2043 a 2047	-	23.269	23.269
	2.591	349.129	351.720

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.308 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Compromisso de compra e venda de energia (grupo CPFL)

A Companhia firmou compromisso com a CPFL Comercialização Brasil referente a compra de energia.

Segue abaixo o cronograma dos compromissos de compra de energia:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2013	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
Montante em MWh	22.028	24.388	24.388	8.858	9.142	88.804
Montante em R\$	2.643	2.927	2.927	1.063	1.097	10.657

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em Julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual

que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de março de 2013, o saldo de contribuição a pagar pela Companhia é de R\$110, registrado na conta de Obrigações trabalhistas. A despesa registrada no exercício findo em 31 de março de 2013 foi de R\$296.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	(9.001)	-	(9.001)
Investimento	-	6.528	-	6.243
Imobilizado	-	-	-	-
Direitos de autorização	-	26.473	-	26.473
Outros	-	-	-	285
Total	-	24.000	-	24.000
Preço de aquisição a pagar	-	(24.000)	-	(24.000)
Contrapartida paga	-	(24.000)	-	(24.000)
Outras transações:				
Reversão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	1.961
Reversão de provisão de dividendos a receber	3.593	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	7.940	8.770	7.940
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	10.829	-
Reclassificação entre impostos diferidos e impostos correntes	-	-	495	-

31. LEI 12.783(MP Nº 579/2012)- RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23 de abril de 2013.
